



Os Afro-brasileiros, sua inclusão nas universidades e mobilidade social:

Como deixar de ser oprimido sem somar-se aos opressores? Tarefa: autocrítica sobre o ingresso de afros nas universidades, no mercado e seu engajamento na luta por uma nova sociedade.

O ACESSO À UNIVERSIDADE E A EMANCIPAÇÃO DOS AFROBRASILEIROS.

Silvio Luiz de Almeida

Doutorando em Direito pela Universidade de São Paulo. Advogado e Professor Universitário em São Paulo.

Ter o nome de um familiar ou amigo na lista de aprovados do vestibular é um momento especial na vida de qualquer família brasileira. Esta alegria é ainda maior quando a universidade é pública, visto que no Brasil a universidade pública é tida como de maior qualidade e, por este motivo, a mais disputada entre os candidatos. Passar no vestibular, ainda mais no de uma universidade pública, tem o simbolismo de um rito de passagem, como se só agora depois da aprovação, o novel universitário estivesse pronto para exercer sua autonomia. Nasce a perspectiva de ascensão social e de um possível lugar ao sol no mercado de trabalho.

Nas famílias negras a situação ganha contornos mais expressivos. A discriminação de que os negros deste país historicamente são vítimas, produziu tamanha distorção social que é possível afirmar que a universidade brasileira é eminentemente branca, principalmente a pública, em que, paradoxalmente, estudam os mais ricos que, não por acaso, também são brancos.

Um simples olhar para a realidade nos revela a seguinte situação: no ensino médio, os mais ricos estudam nas escolas particulares e que oferecem as melhores condições. Já os mais pobres fazem o ensino médio na escola pública, que geralmente está caindo aos pedaços, com professores desmotivados e sem os equipamentos mínimos. Mas quando a questão é a universidade, inacreditavelmente, os ricos preferem ir para as escolas públicas e gratuitas, que recebem grande investimento governamental e em que o ensino, a pesquisa e a aplicação têm maior qualidade. E os mais pobres? Vão para as universidades e faculdades privadas e pagas, em que o ensino, salvo raras e conhecidas exceções, é precário e onde praticamente não se tem pesquisa e extensão. E o pior de tudo é que tanto o aluno rico que fez o ensino médio em escola privada e boa, quanto o aluno pobre que estudou na escola pública e ruim, fazem o mesmo vestibular para entrar na universidade pública, um vestibular para o qual o aluno rico da escola privada é preparado, desde o primeiro dia de aula. No final das contas a universidade gratuita, que é paga principalmente pelos mais pobres (lembramos que os impostos que sustentam o Estado atingem de forma mais sensível sobre eles), é majoritariamente freqüentada pelos mais ricos.

Com isto se quer afirmar que em quantidade à participação dos negros na composição racial da sociedade brasileira, o número de negros universitários é praticamente insignificante. Segundo a “Síntese de indicadores sociais” do ano de 2007, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1997, apenas 9,6% dos brancos e 2,2% negros, de 25 anos ou mais, tinham concluído a universidade. Em 2007, esses percentuais eram de 13,4% e 4%, respectivamente. Ainda de acordo com a pesquisa, no ano de 2007 a taxa de freqüência em curso universitário para estudantes entre 18 e 25 anos de idade na população branca (19,4%) era quase o triplo da registrada na negra (6,8%). Esta redução de escolaridade ajuda a compreender porque a diferença de renda entre brancos e negros chega até 50% a favor dos brancos. De tal sorte que não é difícil concluir que para as famílias negras do Brasil a entrada de um dos

seus na universidade representa não só a realização do sonho de melhoria da qualidade de vida, mas também a vitória contra uma desigualdade historicamente construída. Afinal, o negro universitário é aquele que superou a sina e fugiu da ponta mais robusta e perversa das estatísticas; a ponta em que estão reservados aqueles que não ingressaram no ensino superior, e a quem estão destinados os trabalhos precários e, conseqüentemente, os mais baixos salários.

Mas além do orgulho e do sentimento de identidade, é necessária uma maior reflexão sobre o significado da entrada do afro-brasileiro no ensino superior. O problema maior repousa no fato de que muito se pensa na inclusão do negro na estrutura universitária, *mas pouco se reflete acerca da própria estrutura da qual se quer participar*. Não se pode perder de vista o fato de que a estrutura do ensino superior é apenas parte da mesma estrutura social que produz a desigualdade e a discriminação que se volta contra os afro-brasileiros. Ou seja, sem a devida reflexão crítica, o esforço para acessar ao ensino superior pode transformar-se numa frustrada tentativa de salvar o oprimido oferecendo-lhe mais opressão, o que seria o mesmo que oferecer a alguém que reclama de falta de ar, um saco plástico para envolver a cabeça.

Cabe considerar que o “ser negro” é muito mais do que a cor da pele. Em primeiro lugar, “ser” exprime uma condição existencial. E existir implica em estar no mundo com os outros. “Ser”, portanto, é situação e relação. “Ser negro” ou “ser branco” é pertencer a uma imensa rede experiências cujos significados só se apresentam através do estudo da situação concreta e das relações histórico-sociais que formam este “ser”. O modo de ser do homem ou mulher negros se reflete, antes de tudo, em uma ligação específica com o mundo e com os outros, uma relação cuja compreensão não está no estudo biológico ou meramente simbólico, vez que o ser humano é ser social.

Assim, a diferença entre um branco e um negro não pode jamais ser explicada pela biologia, mas somente pelo estudo da sociedade. A vida histórico-social construiu tais diferenças. Um negro é um negro porque é tratado como negro, enquanto um branco é um branco porque é tratado como branco. Ao “ser negro” está associada uma rede de símbolos e valores que ao ser branco não aparecem. Isto se explica pelo fato de que ser branco é “normal”, ou seja, à rede simbólica e de valores positivos brancos é a “norma” (daí o “normal”), é a regra. A dos negros é a exceção, é o exótico, o que é “anormal” (fora da norma). “Branco” não se refere apenas à cor da pele, mas a todo um conjunto de atitudes e de privilégios políticos e econômicos que nossa sociedade atribui aos que possuem uma aparência branca.

A universidade não está no universo das relações que socialmente foram reservadas aos negros. Ela pertence a uma estrutura de mundo projetada para a exclusão do negro. Neste ponto, é emblemático o fato da universidade brasileira ter sido declaradamente criada para formar as “elites” que governariam este país. A emancipação das minorias através do ensino jamais foi um projeto do Estado brasileiro, que entre outras coisas, sempre zelou pela ausência da questão racial no debates educacionais. Os cursos universitários de direito no Brasil, por exemplo, foram inaugurados sob o amparo de um regime escravocrata, o que significa que os “conteúdos” das disciplinas ensinadas aos alunos tentavam equilibrar um discurso liberal em defesa dos direitos fundamentais do homem e, ao mesmo tempo, a legitimação de uma realidade jurídica que tratava os negros como “coisas”.

Daí não ser incomum que seja imposto ao universitário negro o abandono de sua identidade histórica e o rompimento com os laços de solidariedade com seus semelhantes. O “ser negro”, enquanto produto da história é levado a tomar como exemplo o “ser branco” despindo-se de seus valores e alienando-se de sua condição existencial, de seu ser-no-mundo, de sua situação política. Este processo se dá desde o ambiente acadêmico até o conteúdo das disciplinas (que muitas vezes, mesmo nos cursos de humanas, “apagam” a questão racial de suas respectivas abordagens). Ao adentrar nas estruturas que possibilitam a “ascensão social”, o negro muitas vezes passa a servir à causa da opressão, mas sem nunca deixar de ser oprimido.

Pede-se ao negro que se torne branco. Subjugado pelas forças de uma estrutura social racista, o negro tende a assumir o papel do opressor, negando sua condição existencial, que é histórica, e que por ser histórica, é essencialmente política. Torna-se uma versão trágica daquele personagem do cinema americano do início

do século passado, em que os atores brancos pintavam o rosto de negro porque os negros não podiam atuar; no caso, da universidade, quando alienado, o negro pinta o rosto de branco, conquanto sua pele permaneça negra, com tudo o que significa ter uma pele negra na sociedade em que vivemos.

Por estar imerso na realidade opressora - no caso a universidade -, não surpreende que o oprimido identifique-se com o opressor ao invés de libertar-se. Isto se verifica na fantasia da “integração” que, longe de estabelecer normas para uma convivência autêntica e respeitosa, é uma forma de exigir a eliminação do compromisso que o negro universitário tem para com todos os outros afrobrasileiros.

Formam-se médicos ou advogados inconscientes de sua responsabilidade racial e política, preocupados apenas em como atender nas grandes clínicas ou escritórios dos bairros ricos e de classe média alta, em que serão sempre o “médico negro” ou o “advogado negro” dos brancos e ricos. Servirão apenas como a “prova” daqueles que alegam a “justiça” e o “mérito” de um sistema que de justo e que premia as pessoas competentes, dedicadas e trabalhadoras nada tem.

A luta pelo acesso ao ensino superior é relevante e deve ser feita de modo sistemático pelos movimentos sociais, até para que possam ser ocupados espaços de poder do qual a universidade, como produtora de conhecimento, é exemplo. Todavia, a transformação do estruturalmente oprimido numa caricatura do opressor somente pode ser evitada se a entrada no ensino superior não for vista apenas como uma oportunidade de “mobilidade social” (que na prática significa ascender ao mundo dos sociologicamente brancos), mas como um ato político, na sua inteireza. Que a entrada no ensino superior não seja vista como um ato de superação de um indivíduo, mas o resultado de um trabalho coletivo, que resulta no compromisso social do universitário. Deve a vida universitária ser vista como esclarecimento, de tomada de consciência do aluno de sua posição no mundo e, portanto, das possibilidades de mudança.

Só assim, com a libertação do negro, poderíamos pensar no fim da oposição negro-branco, vez que tal contradição é baseada no poder que um pólo detém sobre o outro. A libertação do negro é também a libertação do branco, no sentido de que o fim da dominação que sustentava a relação, a significação social de “ser negro” e “ser branco” fica esvaziada de conteúdo.

O universitário afrobrasileiro deve saber que jamais será livre enquanto não reagir face à ausência de liberdade dos seus semelhantes. A dignidade e a liberdade são conquistas que vão muito além da aprovação no vestibular e requer o envolvimento de todos que acreditam na possibilidade de um mundo justo.

REFERÊNCIAS

Sobre educação e luta para que oprimidos não se tornem opressores, o mestre Paulo Freire soube como ninguém falar a respeito em seu clássico livro “Pedagogia do oprimido”:

http://paulofreirefinland.org/wp-content/uploads/2007/02/pedagogia_do_oprimido.pdf

As estatísticas que demonstram a situação do negro no sistema de educação superior estão na “Síntese de indicadores sociais 2008” do IBGE:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicais2008/indic_sociais2008.pdf

Sobre a questão racial e sua vinculação com as políticas educacionais, há um interessante artigo sobre o conceito de branquidade na educação do pesquisador Michael W. Apple, da Universidade de Wisconsin nos EUA

http://www.unemat.br/pesquisa/coeduc/downloads/politicas_de_direita_e_branquidade_a_presenca_ausente_da_raca_nas_reformas_educacionais.pdf

E-mail: educafro@franciscanos.org.br *Sites:* www.educafro.org.br e www.franciscanos.org.br

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342, Centro - SP, CEP 01007-000 - **Fone/fax:** (11) 3106-3411



Como os afro-brasileiros estão usando as tecnologias da informação em defesa dos direitos humanos?

Carlos Eduardo Dias Machado

Mestrando em História Social – USP

A internet é um conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores interligados pelo Protocolo de Internet que permite o acesso a informações e todo tipo de transferência de dados. A Internet é a principal das novas tecnologias de informação e comunicação (NTICs). Ao contrário do que normalmente se pensa, a Internet não é sinônimo de World Wide Web (rede mundial). Esta é parte daquela, sendo a World Wide Web, que utiliza hipermídia na formação básica, um dos muitos serviços oferecidos na Internet. De acordo com dados de março de 2009, a Internet é usada por 23,8% da população mundial (em torno de 1,6 bilhões de pessoas).

Em primeiro lugar em número de usuários está a Ásia com 657 milhões de usuários, em segundo vem a Europa com 393 milhões, em terceiro a América do Norte com 393 milhões, e em quarto está a América Latina e Caribe com 176 milhões de internautas. No Brasil há mais de 40 milhões de computadores e mais de 38 milhões de internautas ficando mais de 26 horas por mês navegando na rede. Em porcentagem 18% dos domicílios brasileiros possuem computador com acesso à rede e 34% da população nacional é usuária efetiva da Internet, ou seja, acessou a rede nos últimos três meses.

Como está a população negra em relação ao acesso ao computador e a internet em nosso país?

De acordo com pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, realizada em 2003 no que se refere à exclusão digital, foram pesquisados os lares segundo tipo de chefia (masculina/feminina, negra/branca) e a posse dos seguintes itens: microcomputador, internet e telefone celular. A tendência geral nesse caso é de elevada marginalização digital da população negra, e, em especial, das mulheres negras. Em 2003, nos domicílios chefiados por brancos, 78% não tinham acesso a: microcomputador, 83% a internet e 53,5% a telefone celular. No caso dos domicílios chefiados por negros, esses valores eram, respectivamente, de 93%, 95% e 71% dos que não tinham acesso. Não existem diferenças significativas entre homens e mulheres na posse desses itens. No entanto, quando se cruza a chefia por raça e sexo, percebe-se que são sempre as mulheres negras as que se encontram em pior situação e, nesse caso, estão, portanto, mais sujeitas à exclusão digital:

Proporção de domicílios que não possuem microcomputador, internet e telefone celular segundo sexo e cor/raça do/a chefe da família– Brasil, 2003.

	Microcomputador	Internet	Celular
Homem Branco	77,1	82,4	52,1
Homem Negro	92,6	95,0	70,9
Mulher Branca	81,1	85,5	57,5
Mulher Negra	94,0	96,0	72,2

Segundo a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV), chamada de Mapa da Exclusão Digital, feita em 2003, São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal são os estados de maior inclusão digital, e estudando por raça, quem tem computadores e mais acessa são os amarelos ou asiáticos (41,66), seguido pelos brancos (15,14), em terceiro por negros (pretos 3,97 e pardos 4,06) com 8,03 e em último lugar os indígenas com 3,72.

Podemos afirmar que a exclusão digital acompanha as desigualdades raciais que são muito antigas em nosso país e que homens e mulheres, brancos e negros continuam a ser tratados desigualmente. Os dois grupos têm oportunidades desiguais e acesso desigual aos serviços públicos, aos postos de trabalho, aos espaços de poder e decisão e às riquezas de nosso país.

Portanto há muito a fazer para que negros e indígenas, homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades de desenvolvimento em nosso país. Diante desta realidade a pergunta é: o que os negros que possuem acesso à internet podem fazer para defender a causa da igualdade racial e dos direitos humanos?

O ativismo ou a militância virtual é fundamental porque nem todos os batalhadores da causa da igualdade conseguem dar conta da complexidade que é lutar contra o racismo. Existem situações que nos foge da percepção ou do tempo de cada um e há situações que uma pessoa percebeu primeiro a violação de nossos direitos, e pede apoio em solidariedade. Daí a necessidade de militantes na internet, filiados a uma organização ou não, fazer valer as leis e ampliá-las para a promoção de oportunidades para todas e todos.

No continente africano existe um sistema filosófico que pode nos ajudar a ver a sociedade de forma diferente chamado Ubuntu que é uma palavra de origem bantu que não possui tradução na nossa língua, seu significado seria este: "eu existo porque você existe". Ou seja vamos nos preservar para continuar vivendo. No Ubuntu, você pode ter ou pode ser. Assim Ubuntu surgiu como filosofia nas nações africanas onde estão ligados à ancestralidade. Ubuntu vem sendo praticado e buscado cada vez mais a sua compreensão, pelos ativistas que lutam em prol das causas sociais humanitárias. Ser ubuntu é deixar sua individualidade buscando uma nova forma de ver o mundo, buscando o bem da coletividade é abraçar o mundo procurando acabar com o sofrimento da humanidade, socializando informações, minimizando a dor alheia. Esta filosofia tem como princípio aproximar as pessoas onde elas estiverem, conectando-as a todo o conhecimento. Levando cada indivíduo a conhecer sobre o outro para assim haver menos diferenças entre os seres humanos, levando em conta que o conhecimento do outro nos aproxima cada vez mais, nos humanizando. Ubuntu não é apenas ser solidário, é viver é nortear pela ações que levem a igualdade de todos, diminuindo as diferenças.

A filosofia Ubuntu inspirou a nova República da África do Sul sendo o ex-presidente Nelson Mandela o mais famoso seguidor do Ubuntu. Para ser um Ubuntu é necessário ter uma mente aberta para aceitar as diferenças, saber ouvir as opiniões contrárias, é saber que faz parte do mundo é ter consciência do seu papel social. É acima de tudo ser capaz de indignar com as injustiça praticada com o outro e principalmente usar esta indignação para dar um passo para modificar esta situação.

Todos os dias no Brasil observamos situações recorrentes em nosso país que é a décima economia mundial e o mais rico do hemisfério sul: quando se liga a TV ou compramos produtos vemos negros e indígenas não estão representados nas publicidades das empresas como deveriam.

Eu escrevo cartas para empresas desde 1997 a fim de conscientizá-las da importância da promoção da igualdade racial, ou seja, o direito de pessoas de todas as raças/etnias serem representadas nos produtos que consomem e no mercado de trabalho. A pergunta que faço é: devo utilizar um produto aonde eu não me vejo e reconheço?

Deveria ser um princípio de todas as empresas que tem como finalidade a comunicação social, respeitarem o público consumidor, que é diverso senão qual o critério de inserir uma mulher e um homem branco constantemente nos comerciais? Só homens e mulheres brancas consomem? No Brasil vergonhosamente tivemos o Band-Aid cor da pele, o lápis cor de pele da Faber-Castell, temos o álcool Zulu, o bolo Nega Maluca da Dr. Oetker e diversos produtos e serviços aonde não há imagem positiva da população negra e indígena como consumidora.

A discriminação contra a população negra é secular, persistente e se ramifica por diversas áreas da vida brasileira. Será que “negro não vende”? Somos a maioria da população brasileira e 15,8% do grupo do 1% mais ricos do país (Síntese de Indicadores Sociais 2005, elaborada pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2004), portanto somos consumidores dos mais diversos produtos disponíveis na economia nacional.

São Paulo é a cidade fora da África com maior população negra do planeta e capital do Estado com maior população negra no país, Somos 3,3 milhões de pretos e pardos - 30,3% dos quase 11 milhões de habitantes. Em termos de população negra no mundo fica atrás apenas de Lagos, capital da Nigéria, que tem cerca de 10 milhões, e do Cairo, no Egito, que tem 15,9 milhões. No Estado, a população negra, de acordo com a Fundação SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise e Dados) chega a 12,5 milhões de habitantes, o que torna S. Paulo o Estado com maior população negra do país.

Aqui mais uma vez há uma explicação: negro é o nome que o IBGE dá a quem é pardo e quem é preto. A cor preta é designada a pessoas quem tem pele mais escura. Mas ambos pertencem ao mesmo grupo. Há quem ache que é um erro somá-los. Fui conferir em diversos indicadores sociais. Em todos - seja consumo, renda, tempo de vida - a distância social entre brancos e pardos ou entre brancos e pretos é enorme, mas entre pardos e pretos a distância é pequena. Conclusão: sociologicamente eles estão no mesmo grupo.

Se eles fazem parte da maioria convencida de que o Brasil é um país melhor que os outros, do mulato inzoneiro (manhoso, mexeriqueiro, intrigante, sonso, mentiroso), da mistura de raças, e que nas políticas de contratação de mão de obra, modelos brancos e nomes de produtos não há racismo e sim mérito ou algo sem importância já que “todos somos iguais”, infelizmente tenho que dizer: o Brasil nunca teve segregação oficial como nos Estados Unidos e África do Sul, mas sempre discriminou baseado na cor da pele. Silenciosamente. E temos heranças horrorosas do passado escravista e do período pós-abolição. Uma delas ainda está lá nas entradas de elevadores social e de serviço, um eufemismo para dar ao porteiro o direito de constranger os negros a ir pelo elevador de trás, destinado a cargas e compras. O lema para acabar com esta vergonha tem que ser: todos pela diversidade!

Empresas e órgãos públicos criam barreiras, que impedem o uso da imagem, contratação, ascensão de homens e mulheres negras. Há quem diga que no Brasil só há discriminação social e não racial. Isto, a bem dizer, não torna menos vergonhosa a discriminação, mas não é toda a verdade. As pesquisas estatísticas são reveladoras: negros e brancos com o mesmo nível de escolaridade têm renda diferente, o branco ganha quase o dobro do que ganha o negro (IBGE. Síntese de Indicadores Sociais 2007) e o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, lançou o livro Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – 2007, que reafirma o baixo número de negras e negros trabalhando no mundo empresarial. O que você me diz disto? É ou não é a manutenção de privilégios para brancos e amarelos?

A mudança de tratamento das empresas e dos governos não vão mudar o mundo, mas será um passo: um passo na direção certa para o respeito ao cidadão negro e indígena que como os outros grupos, ajudaram e auxiliam a construir este país, mas que vê seus talentos sendo descartados por causa do racismo que impede o seu desenvolvimento individual, coletivo e do Brasil como um todo. Que um dia todos possam dizer: nossa sociedade é justa, há lugar e há igualdade de oportunidade para todos e todas!

Tarefa: enviar e-mails para os SENADORES e STF (Supremo Tribunal Federal) exigindo que os mesmos votem em favor das cotas nas Universidades Federais, do ProUni, para excluídos, negros, Quilombolas e indígenas, bem como em favor do estatuto da igualdade racial.



O aluno/a Educafro deve optar fazer: a) uma faculdade: b) um curso tecnológico; c) ou um curso técnico? O que é mais ágil para incluir? O que considerar antes de fazer esta opção?

Tarefa: pesquisar e entregar na sede a opção dos alunos de seu núcleo por essas três áreas.

Fazer o quê e por quê?

Há uma década ainda era compreensível que o jovem, após concluir o Ensino Médio, pudesse idealizar um curso superior que provavelmente seria indefinidamente a sua futura profissão. Atualmente, isso é impraticável para a maioria das ocupações. A palavra carreira tende a desaparecer ou mudar de sentido, perdendo-se em meio às insuficientes nomenclaturas – exatas, humanas, biológicas, tecnológicas.

Cada vez mais a ênfase recai na solidez dos estudos. Se o embasamento teórico é bem feito, articulado às necessidades reais que se avizinham e conectado ao tempo vigente, o profissional terá pela frente as muitas possibilidades reservadas aos que têm múltiplos talentos, criatividade e capacidade de ligar com as muitas situações e problemáticas do mundo moderno.

Por isso, aos estudantes de hoje são dadas inúmeras opções. Os cursos tradicionais continuam tendo grande apelo, mas aqueles que estão atentos às transformações no mundo do trabalho vislumbram outras searas também palpáveis. Há formações de toda sorte: graduação, técnico, tecnológico, tecnólogo; presenciais e até ensino a distância (EAD), que cada vez mais ganha espaço. Mas como saber o que é melhor pra mim?

Só você pode encontrar a resposta, ou as respostas. Na era da tecnologia, engenheiros trabalham em bancos; administradores em Organizações Não Governamentais; advogados buscam o serviço público – defensoria, ministério público; e muitos sonham com o seu próprio negócio. Não há nem haverá emprego para todos, mas trabalho sempre existirá!

Infelizmente, em razão da má formação em matemática e ciências na escolarização básica, muitos se socorrem às humanidades, nem sempre por vocação e com as informações adequadas. Os cursos de humanas em geral requerem muita leitura e investimento em livros. E, ao contrário do que se imagina, não são propriamente baratos. E comumente não dão o sonhado retorno, estuda-se muito, há excesso de contingentes no mercado e se ganha pouco.

De qualquer modo, uma graduação requer três ou quatro anos de intensas leituras, deslocamentos, trabalhos acadêmicos, muitos gastos, tensões, trabalhos em grupo, etc. É preciso estar preparado e focado

para enfrentar essa realidade por todo esse tempo e tirar o máximo de proveito – saber estudar, como fazê-lo progressivamente, pesquisar...

As formações mais rápidas visam a preparar pessoal para as funções mais contemporâneas. O enfoque é dirigido para as atuações técnicas. Há um amplo leque de possibilidades: turismo, museu, tecnologia, vendas por telefone, mercado financeiro, saúde, judiciário, processamento de alimentos, mecânica, música. Quem vasculha oportunidades não pode deixar de notar que até o serviço público já oferece concursos para os técnicos e tecnólogos. É natural que o recente crescimento da informática surja como uma área muito aquecida, afinal quem pode prescindir dos computadores, das redes, da manutenção das máquinas, das homepages, do design gráfico? Mas existem outros mercados igualmente promissores, e outros ainda serão criados. Olhe pra si próprio, encare seus talentos, enfrente seus desafios, seja racional sem perder a sensibilidade, dirija o olhar para o distante, mas caminhe um passo de cada vez em solo firme.

Optando pela graduação, procure conhecer antecipadamente a sua escolha, os prós e contras, converse com quem está fazendo, com quem já fez, seja honesto consigo próprio, aonde quer chegar? Mas não se esqueça que, se houver mudança de rumos, a experiência e enriquecimento seguirão ao seu lado.

Os cursos mais rápidos não impedem que se faça uma graduação posteriormente, já então consciente do seu perfil e do mercado. A grande vantagem desses cursos é a conquista, manutenção e reconquista de emprego (a chamada empregabilidade) e o tempo, mas nada deve se transformar numa camisa de força que impeça voos mais largos, tudo é uma questão de estratégia – recorde-se que o caminho é menos íngreme para quem sabe aonde quer chegar.

Qualquer que seja o caminho – graduação, técnico ou tecnólogo – quem quer seguir adiante não pode se furtar a estudar línguas, conhecer as tecnologias e as inserções específicas da área escolhida, saber se comunicar, conviver com a diversidade, em todos os aspectos: sociais, culturais, mercadológicos e principalmente étnicos.

Consulte as inovações em graduação nos inúmeros sites das universidades, públicas e privadas. Para uma noção dos cursos técnicos e tecnólogos, os sites da FATEC e das Escolas Técnicas (Etecs) do Centro Paula Souza.

<http://www.fatecsp.br>

<http://www.vestibulinhoetec.com.br>

Ivan Siqueira

E-mail: educafro@franciscanos.org.br *Sites:* www.educafro.org.br e www.franciscanos.org.br

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342, Centro - SP, CEP 01007-000 - **Fone/fax:** (11) 3106-3411



A crise econômica mundial e os dilemas da militância e dos movimentos sociais: afinal, quem vai pagar a conta?

"O mesmo sistema ideológico que justifica o processo de globalização, ajudando a considerá-lo o único caminho histórico, acaba, também, por impor uma certa visão da crise e a aceitação dos remédios sugeridos. Em virtude disso, todos os países, lugares e pessoas passam a se comportar, isto é, a organizar sua ação, como se tal 'crise' fosse a mesma para todos e como se a receita para afastá-la devesse ser geralmente a mesma. Na verdade, porém, a única crise que os responsáveis desejam afastar é a crise financeira e qualquer outra. Aí está, na verdade, uma causa para mais aprofundamento da crise real - econômica, social, política, moral - que caracteriza o nosso tempo." SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000, p.169)

A palavra "crise" tem origem grega, eis que usada por Hipócrates para designar o momento culminante de uma doença. Assim, para o pai da medicina ocidental, a crise seria o cúmulo da doença, após o que só poderia advir a cura, a solução. Por essa razão, era o momento crucial para a tomada de decisões, para se adotar a medida adequada a uma resolução eficaz ao problema.

Quando se fala em crise econômica mundial, há uma tendência alarmista por um lado, que quer propagar a idéia de que, somente agora, o caos será instalado no mundo; e, por outro, num sentido oposto, há aqueles que reputam a crise como algo tolo, banal, sem grande importância. As duas idéias polarizadas estão assentadas sobre o mesmo fundamento, qual seja o mascaramento do verdadeiro fundamento que leva o sistema de produção capitalista a uma agonia de difícil solução.

A crise, ou a doença (conforme a origem da palavra), é uma característica típica do capitalismo. Seguindo a argumentação marxista, temos que todo sistema de produção econômica tem, necessariamente, dois elementos: 1) está baseado na exploração de oprimidos por opressores; 2) sempre traz dentro de si o princípio da sua própria destruição. Deste modo, na Antiguidade, temos, no sistema escravagista, a exploração de escravos por senhores, baseada na força bruta, no cativo; porém, quando a força se torna escassa para conter os escravos, o sistema perece, dando lugar a outro. Daí, na era medieval européia, surge uma nova forma de exploração, agora, baseada na posse da terra, entre servo e senhor feudal; contudo, quando a produção agrícola é enorme, a sobra é comercializada pelo servo, e este deixa de depender do senhor, originando outro sistema de produção: o Capitalismo.

Basicamente, e de forma bastante elementar, esta é, para Karl Marx, o raciocínio da evolução econômica através da história. Toda forma de produção está baseada na exploração, que reside em algum mecanismo de submissão (*força, terra*); todavia, o capitalismo cria um modo de opressão própria, fundada na repartição entre *Capital* e *Trabalho*. Há aqueles que possuem o capital (dinheiro) e aqueles que não possuem – a estes últimos, só resta trabalhar, para que possam transformar o trabalho em capital e se sustentar no básico. Por essa razão, só existe capitalismo se houver distribuição desigual de renda, trata-se de um sistema que só sobrevive na desigualdade – só irá se submeter ao trabalho aquele que não possui capital, ou seja, se todos possuísem capital, não haveria trabalho, não haveria exploração, e, conseqüentemente, não haveria capitalismo.

Por isso, quando o capitalismo surgiu, ele se fez acompanhar por um projeto ideológico que pudesse sustentar a desigualdade econômica. Desde seus primórdios, no Renascimento, o abandono de um princípio de deus como centro do mundo e a organização do método científico perfazem a idéia de que o homem pode ter o controle de tudo, já que é dotado de razão. O racionalismo, ao lado do sistema capitalista, constitui a face ilusória da beleza da Modernidade. A razão renascentista encontra, então, seu

apogeu no Iluminismo, e, a partir deste, erige-se toda uma administração pública, na figura do Estado de Direito, a fim de sustentar a dominação e a desigualdade.

Entretanto, mesmo com todo o instrumental ideológico, político e jurídico, no intuito de sustentar a exploração de quem não possui capital, a base da produção econômica capitalista, por ser muito sutil, sempre guardará uma fragilidade. Não se trata mais de um elemento concreto, como a força ou a terra; a desigualdade, que sustenta o sistema, é também a responsável por sua possibilidade e falha e é por isso que o capitalismo está em constante renovação. Assim, a crise não é estranha ao capitalismo, ela lhe é própria, e é através dela que o sistema se reinventa e sobrevive, comutando-se de mercantilismo em capitalismo industrial, e, deste último, em financeiro e especulativo.

Esta crise do início do século XXI é a crise do capitalismo das bolsas de valores, assim como a crise de 1929 foi a crise do capitalismo industrial. Portanto, aqueles que causam barulho, passando a falsa idéia de que tais abalos são novidade, pretendem, ao mesmo tempo, negar que o capitalismo é um sistema fundamentalmente falível e crítico, e usar a tal “crise econômica” como desculpa para a redução de políticas para o povo, para as demissões em massa no setor privado, e para o corte de gastos em todas as esferas. A propaganda da crise nos meios de comunicação força todo o corpo social a assimilá-la como um problema coletivo. O desequilíbrio econômico, pautado na dinâmica de um sistema injusto e instável, e gerado por quem detém o poder, acaba sendo suportado por todos, e, como é usual, os mais pobres são mais sensivelmente afetados e acabam saindo muito mais prejudicados desta situação.

Por outro ângulo, sob o argumento verdadeiro de que a crise é natural ao sistema capitalista, há os que pretendem lhe emprestar um ar de banalidade, como se a doença fosse só uma leve gripe que logo passará, quando, na realidade, trata-se de uma doença crônica e incurável.

Reputam-se como responsáveis pela crise o inchaço do sistema de crédito imobiliário norte-americano e o abuso na especulação. Neste último caso, alguns especuladores teriam colocado em circulação papéis fictícios, sem correspondência material do valor neles depositado. Esta idéia é por si só fantasiosa e enganadora, pois parece que somente agora alguns indivíduos imorais teriam vendido papéis sem valor, quando, na realidade, esta especulação (como o nome já diz) é o fundamento do próprio funcionamento do sistema. O capitalismo financeiro dispensa a correspondência entre valor especulado e riqueza material real, essa é a sua lógica interna para transformar capital em mais capital, sem usar o trabalho.

Como o capitalismo, por causa da especulação, pode gerar capital prescindindo da exploração do trabalho, naturalmente, aumenta o desemprego, ainda mais com a crescente mecanização da produção, que dispensa a mão-de-obra. Então, a grande massa de trabalhadores sem ocupação cria uma lacuna no mercado consumidor – sem trabalho, não há consumo. Isso faz com que só seja possível vender através do crédito, e os sistemas de financiamento crescem, para imóveis, automóveis, eletroeletrônicos, eletrodomésticos, tudo. Nunca se comprou tanto a prazo, e em prazos tão extensos.

Portanto, tanto a falência do sistema de crédito imobiliário quanto o abuso na especulação não são causas isoladas que acabaram gerando a crise, mas são produtos e desdobramentos naturais do próprio capitalismo financeiro especulativo. No entanto, se o capitalismo, como sistema de produção, está baseado no conflito entre capital e trabalho, quando se dispensa o trabalho para a produção de riqueza, recorrendo-se somente à especulação, rompe-se a base do sistema. Por isso, esta crise é profunda, e não passageira e superficial como querem alguns.

Inclusive, a crise mundial atual não é somente econômica. A voracidade do sistema capitalista encontrou um limite à expansão desmedida para a produção de lucros e o acúmulo sem fim – este limite é o próprio mundo. O planeta já não suporta as consequências da lógica capitalista, e a crise ambiental denota que os dias do sistema estão contados, se não pela falência econômica, pela impossibilidade de permanecer na Terra, após tudo o que a Modernidade fez a ela.

O racionalismo, o avanço da tecnologia e a ciência moderna foram tão devastadores quanto o próprio capitalismo. E esse apego à racionalidade, que afastou qualquer concepção religiosa, moral e ética de mundo, deixou-nos sem nenhum referencial. A modernidade substituiu a fé pela razão, a crença em deuses pela crença na ciência e, agora, quando o capitalismo agoniza e a ciência destrói o planeta, quando vivemos os horrores das guerras do século XX, a fome, a desigualdade, a injustiça, não podemos mais fechar os olhos, iludidos, acreditando nas promessas da filosofia iluminista de “liberdade, igualdade e fraternidade” e positivistas de “ordem e progresso”.

Só nos restou o desconforto e a desilusão de um mundo conturbado, sem valores morais, com um Estado quebrado, a natureza degradada, a economia vacilante, e nenhum lugar para a ideologia. A globalização somente pulverizou as fronteiras econômicas, mas as desigualdades locais foram mantidas e exacerbadas. Globalizamos a cultura de massas para expandir o consumismo, mas jamais construímos oportunidades globais.

A crise é, portanto, total e absoluta. Não é só o capitalismo que sofre uma crise, mas a Modernidade: a razão moderna, a moral, a ciência, a economia. O Estado moderno padece por falta de legitimidade quando não realiza seus objetivos básicos e mantém a desigualdade, a democracia se extingue ante a corrupção e a burocracia, o Direito moderno não encontra legitimidade e a lei é constantemente desobedecida, só há previsões formais, sem nenhuma efetivação dos direitos mais fundamentais.

Nesta realidade, ainda haverá lugar para a militância? Ainda haverá espaço para a ideologia? Os movimentos sociais ainda fazem sentido? Como lutar por direitos se o próprio Direito padece? Como desejar inclusão se o Estado desaparece? Como pretender justiça e igualdade em um sistema desigual e agonizante?

A falta de resposta a essas perguntas poderia nos levar à absoluta desilusão. Porém, convém lembrarmos Hipócrates, no início do texto, que cunhou a palavra “crise”. Se a crise é o apogeu de uma patologia, de um desarranjo, de um desequilíbrio, é também o momento da intervenção, o momento da solução. Contudo, esta solução não pode ser aquela imposta pelos opressores, no sentido da contemplação de seus interesses. O remédio adequado é a superação da própria lógica do sistema. Num estado de coisas em que todas as estruturas se encontram em crise, e a humanidade encara a catástrofe, não nos resta mais nada, a não ser a ação, o resgate da razão verdadeira, e a crença em um futuro melhor. No auge da doença, só nos resta administrarmos o remédio correto e perseguirmos, incansavelmente, a verdadeira cura.

Advogada, graduada pela Unesp, pós-graduada pela EPD, Professora Universitária e em cursos preparatórios.

Tarefa: Pesquisar e fazer uma redação sobre o desemprego e as etnias. Pesquisar o pensamento de um dos maiores brasileiros que tematizou sobre a crise mundial, Milton Santos. Taylisi de Souza Corrêa Leite*



Os desafios da militância negra em defesa das mulheres e pela superação da violência de gênero.

Por Gabriela Watson

A bela ou a fera: o que você vê no espelho?

Olhar no espelho e se identificar mais com a Bela do que com uma fera é um desafio para as mulheres negras no Brasil. Principalmente, quando no espelho da sociedade brasileira, a televisão, elas só aparecem na época do carnaval, o que infelizmente, também não é motivo de comemoração. São inúmeros os artigos que comprovam a ausência de negras e da valorização de elementos da cultura afro-brasileira. Entretanto, esse texto se deterá na seguinte discussão: como a **violência psicológica** afeta o imaginário da mulher negra.

Quando falamos em mulheres negras, tratamos de duas marcas sociais, o de ser mulher numa sociedade em que os homens têm mais aceitação, e o de ser negra, numa sociedade que dificulta o acesso dos negros aos espaços de poder e decisão.

O ato da mulher se autonegar como negra já constitui um desafio, o primeiro obstáculo é o de se reconhecer negra, contrariando aqueles que preferem o termo “moreninha”, em seguida, entender que está fora do padrão de beleza imposto pelos **meios de comunicação** e, se, por último, apesar de perceber uma certa desconfiança quanto à sua capacidade de trabalho, essa mulher se reconhecer como negra, ela realmente é uma guerreira.

Quando o assunto é violência para com as mulheres negras devemos levar em conta a seguinte nota feita pela escritora Alzira Rufino:

Se a violência contra a mulher é uma epidemia que desconhece classes sociais, existem segmentos que são mais vulneráveis porque já têm uma outra história de violência, como é o das mulheres negras, sob fogo cruzado de várias formas de violência: a de gênero, privada, no lar; a da pobreza, que as escraviza as jornadas de trabalho intermináveis das quais não sobrarão sequer a mínima aposentadoria; e o preconceito racial que ainda tenta nos confinar no espaço que vai do fogão ao tanque, domesticadas, no fundo de cena.¹

Dado o exposto, é válido fazer um recorte racial da violência, porque as agressões passadas pelas mulheres negras têm sua origem no passado histórico de exploração a partir da **escravidão**.

Apesar de podermos abordar a violência contra negras em todos os campos de ações possíveis (saúde, trabalho e social), talvez aquela que cause dor mais profunda é a **violência psicológica**. Em outras palavras, essa violência é a falta de auto-estima, de orgulho, que afeta diretamente na sua força de vontade, qualidade e perspectiva de vida.

Por violência moral, me refiro aquela violência que se perpetua de forma inconsciente através de valores passados principalmente pela comunicação, que abrange desde a oralidade (expressões populares como “cabelo ruim”), interação social (conversas, gestos) e até a forma de **comunicação de massa** (no Brasil, a televisão).

A importância da mídia na formação e informação das pessoas é indiscutível, nas palavras do jornalista Dennis de Oliveira, “vivemos numa sociedade marcada pela **mediatização** que significa a penetração da do modo de pensar dos meios de comunicação em todos os ambientes das relações sociais”². E, infelizmente encontramos muitos vestígios de pensamentos racistas em toda a comunicação (livros escolares, revistas, TV e cinema). A maioria dos papéis “dados” aos negros ainda é reduzida a lugares comuns e/ou personagens que demonstram a falta de harmonia e orgulho entre membros da comunidade negra (apenas alguns exemplos: títulos como “Da cor do pecado”, a escrava Isaura ser branca, ausência de casais negros e de famílias de negros estruturadas, etc.).

O ponto da discussão é o resultado dessa contínua ação negativa de publicidade e propaganda na formação do **imaginário** da mulher negra. Muitos dirão que isso não afeta em nada, pois é apenas uma novela ou frase, no entanto, essa forma de representação elabora uma **construção social** tanto do que é ser negro quanto da mulher negra. E aí que entra o conceito de formação da **identidade**. Segundo Elisa Nascimento “A identidade pode ser vista como uma espécie de encruzilhada existencial entre indivíduo e sociedade em que ambos vão se constituindo mutuamente (...). A pessoa realiza esse processo por meio de sua própria existência de vida e das representações da experiência coletiva de sua comunidade e sociedade”³.

Portanto uma frase, uma novela, uma piada, não são pura e simplesmente o que parecem, mas influenciam diretamente na construção de identidade que a mulher negra cria sobre si mesma, sobre seu papel e lugar na sociedade. É fato, a mulher negra, via de regra, não se crê bonita nem valorizada, pois não tem referência para isso. A imagem que se tem da mulher negra é daquela que foi violada, da serviçal (Tia Anastácia), ou da lasciva, quando na verdade a mulher negra, sobretudo, é sinônimo de resistência, de perseverança e por que não, de esperança? Outros dirão que são exageros, mas essa influência que produz efeitos contrários aos desejados é possível e plausível, a idéia que temos de nós mesmos condiciona nossos sonhos e metas. As mulheres negras vêm de tantas maneiras, e sempre de forma interna, representações negativas que acabam por introjetar a idéia e passam a acreditar que é a realidade.

O que vemos são mulheres com baixa auto-estima, que buscam parecer com o ideal de beleza propagado pela mídia, e cujas perspectivas não almejam um melhor lugar na sociedade, mais respeito e principalmente mais cidadania. A questão não se resume a se achar bonita, mas também, não se julgar capazes e nem merecedoras dos direitos aos quais todos deveríamos ter acesso.

A travessia de ser uma mulher **de aparência** negra, para ser uma mulher negra cidadã é tão longa e seu início é marcado pelo resgate e apropriação da sua cultura, que também não é ensinada na escola. Dizer: sou mulher negra, não é fácil. Ao dizer isso, também assumimos nosso passado doloroso, mas também a ancestralidade e sabedoria africanas e nossa história de superação. Mas esse percurso é tão longo quanto o caminho até a costa do Marfim, do outro lado do Atlântico.

“Resgate”

Sou negra ponto final

devolvo-me a identidade

rasgo a minha certidão \

sou negra

sem reticências

sem vírgulas sem ausências

sou negra balacobaco

sou negra noite cansaço

sou negra

ponto final

Alzira Rufino, 1986

Palavras-chave/ pontos que podem ser discutidos a partir do texto: mulher negra, violência psicológica, comunicação de massa, midiaticização, imaginário, construção social, identidade e fenótipo.



Jovens e adultos da periferia: a fronteira entre as drogas e o ingresso nas universidades

Notas sobre a experiência urbana dos jovens negros: as drogas, as prisões e a morte

Jaime Amparo-Alves
amparoalves@gmail.com

Todo camburão tem um pouco de navio negroiro
[Rappa]

Não é segredo para ninguém: existe uma guerra contra jovens negros pobres urbanos. Morar na periferia de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras, é estar exposto à morte prematura. O Mapa da Violência 2006, da Unesco, dá a dimensão do massacre: aproximadamente 50 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil. A maioria das mortes acontece na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade. E mais: homens negros têm 75% a mais de chance de serem assassinados do que homens brancos na mesma idade. Em São Paulo, eles têm 101.0% a mais de chances de serem mortos. Na idade entre 15-24 anos, morrem 45.1 jovens brancos para cada grupo de 100 mil habitantes; na outra extremidade, morrem 90.7 jovens pretos e pardos para cada grupo de 100 mil habitantes. E os números são ainda piores em estados como Pernambuco, Alagoas e Distrito Federal, onde a taxa de assassinato de jovens negros supera 300% a dos jovens brancos¹.

A carne mais barata do mercado é a carne negra
[Seu Jorge / Marcelo Yuca / Ulisses Cappelletti]

Que diabo acontece com a democracia racial brasileira? Qual a explicação para a morte prematura de homens negros pelas mãos de agentes do estado? O argumento que quero defender aqui é simples e direto: a morte de homens jovens negros nas periferias urbanas brasileiras é parte do que Abdias do Nascimentoⁱⁱ apropriadamente denomina como ‘o genocídio do povo negro’. A contenção dos corpos negros nas favelas da hiper-periferia paulistana, o assassinato de jovens com tiros nas costas por agentes do estado, a superlotação das prisões, o inferno do transporte público, o desemprego em massa e a exclusão do acesso a universidade devem também ser lidos como estratégias de dominação racial no Brasil urbano. Nesse sentido, já é bem familiar para nós como o Estado tem respondido `a luta da juventude negra pelo direito `a existência. Com porrada!

A cor do crime

*Navio não sobe morro doutor, aeroporto no morro não tem/ la também não tem
fronteira, estrada, barreira pra ver quem é quem.*
[Bezerra da Silva]

Um ponto ainda por ser debatido, no entanto, é qual o impacto da guerra contra as drogas, emcampada pela Secretaria de Segurança Pública, na população negra jovem. Embora o consumo de drogas ilícitas esteja disseminado no país, os principais usuários são os jovens brancos de classe média. No entanto, as forças de repressão ao tráfico de entorpecentes se volta para a juventude negra das periferias urbanas. A matemática racial é a seguinte: a polícia não procura por drogas entre os jovens da classe média porque eles são vistos apenas como usuários, não são vistos como traficantes. Para jovens negros apanhados com um papelote de maconha não vale a mesma regra: são traficantes. E se não forem, são ‘obrigados’ a confessar que o são. Para que não haja dúvida quanto ao nosso raciocínio, se liga aí: uso de drogas ilícitas é um assunto de saúde pública; o tráfico de drogas é caso de polícia.

**Antes te houvessem rôto na batalha
Que servires a um povo de mortalha! (..)
Andrada, arranca esse pendão dos ares!...
Colombo, fecha a porta de teus mares!
[Castro Alves]**

Se há uma política estatal da qual o povo negro não precisa de ações afirmativas, é a política de combate as drogas e a violência urbana. Os efeitos perversos de tais políticas raciais podem ser notados na destruição das famílias negras. Os corpos antes sequestrados de Africa, agora são sequestrados na favela, no meio da madrugada, pelos novos capitães do mato. Faça o experimento e vá ao presídio mais perto da sua casa no domingo em horário de visita: ali está uma fila infindável de corpos negros em busca de informações sobre outros corpos capturados pelo estado. Mulheres negras e homens negros têm mais chances de serem presos do que qualquer outro grupo. E embora não tenhamos acesso ao perfil racial da população carcerária, os negros são os alvos preferenciais não só da polícia e dos bandidos, mas também do judiciário.ⁱⁱⁱ A equação é simples: a polícia encontra drogas apenas na favela porque a polícia procura por drogas apenas na favela. Homens e mulheres negras têm desproporcional contato com a justiça porque são os elementos preferenciais das suspeitas policiais^{iv}.

Um caso emblemático para ajudar a contextualizar a discussão: na última semana de março a Polícia Federal prendeu Eliana Tranchesi, proprietária da loja de produtos de luxo Daslu, por sonegação fiscal que pode chegar a 10 milhões de dólares, formação de quadrilha, fraude em importações e falsificação de documentos. Condenada a 94 anos de prisão, Eliana ficou apenas 30 horas atrás das grades. A outra face da mesma moeda é que a juventude negra (mulheres e homens) apodrece nas sucursais do inferno, muitas das vezes sob suspeitas infundadas, flagrantes forjados, ou confissões arrancadas sob tortura.

A paz é fruto da justiça

O Brasil do século XXI é um país muito perigoso porque sem justiça não pode haver paz. Impossível compactuar com o cinismo cruel daqueles que negando a existência do racismo, lucram com suas identidades brancas. Ainda que empregue a força das armas ou a força do Direito penal, não há sistema de opressão que resista a luta do povo organizado. Do quilombo a universidade pública, a palavra de ordem é: continuar a luta de Zumbi e multiplicar a experiência de Palmares. Se a favela é vista pela classe média e pela mídia como o lugar dos sujos e malditos, transformemos a periferia no espaço de gestação do Brasil que queremos. Para isso, nossa luta contra o racismo é também uma luta contra todas as formas de opressão (contra as mulheres, nordestinos, gays, lesbianas e tantas outras categorias) estruturantes da dominação racial no Brasil.

Questões para discussão:

- 1) Quais as causas da violência urbana no Brasil? Discuta as causas estruturais e os principais desafios para o povo negro.
- 2) Qual a relação entre a guerra contra as drogas e a guerra contra a juventude negra, sugerida pelo autor?
- 3) Como o seu núcleo tem discutido estratégias contra o racismo? Qual o papel das mulheres negras em sua comunidade?

Não é segredo para ninguém: existe uma guerra contra jovens negros pobres urbanos. Morar na periferia de São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, entre outras, é estar exposto à morte prematura. O Mapa da Violência 2006, da Unesco, dá a dimensão do massacre: aproximadamente 50 mil pessoas são assassinadas todos os anos no Brasil. A maioria das mortes acontece na faixa etária entre 15 e 25 anos de idade. E mais: homens negros têm 75% a mais de chance de serem assassinados do que homens brancos na mesma idade. Em São Paulo, eles têm 101.0% a mais de chances de serem mortos. Na idade entre 15-24 anos, morrem 45.1 jovens brancos para cada grupo de 100 mil habitantes; na outra extremidade, morrem 90.7 jovens pretos e pardos para cada grupo de 100 mil habitantes. E os números são ainda piores em

estados como Pernambuco, Alagoas e Distrito Federal, onde a taxa de assassinato de jovens negros supera 300% a dos jovens brancos^v.

A carne mais barata do mercado é a carne negra
[Seu Jorge / Marcelo Yuca / Ulisses Cappelletti]

Que diabo acontece com a democracia racial brasileira? Qual a explicação para a morte prematura de homens negros pelas mãos de agentes do estado? O argumento que quero defender aqui é simples e direto: a morte de homens jovens negros nas periferias urbanas brasileiras é parte do que Abdias do Nascimento^{vi} apropriadamente denomina como ‘o genocídio do povo negro’. A contenção dos corpos negros nas favelas da hiper-periferia paulistana, o assassinato de jovens com tiros nas costas por agentes do estado, a superlotação das prisões, o inferno do transporte público, o desemprego em massa e a exclusão do acesso a universidade devem também ser lidos como estratégias de dominação racial no Brasil urbano. Nesse sentido, já é bem familiar para nós como o Estado tem respondido `a luta da juventude negra pelo direito `a existência. Com porrada!

A cor do crime

*Navio não sobe morro doutor, aeroporto no morro não tem/ la também não tem
fronteira, estrada, barreira pra ver quem é quem.*
[Bezerra da Silva]

Um ponto ainda por ser debatido, no entanto, é qual o impacto da guerra contra as drogas, encampada pela Secretaria de Segurança Pública, na população negra jovem. Embora o consumo de drogas ilícitas esteja disseminado no país, os principais usuários são os jovens brancos de classe média. No entanto, as forças de repressão ao tráfico de entorpecentes se volta para a juventude negra das periferias urbanas. A matemática racial é a seguinte: a polícia não procura por drogas entre os jovens da classe média porque eles são vistos apenas como usuários, não são vistos como traficantes. Para jovens negros apanhados com um papelote de maconha não vale a mesma regra: são traficantes. E se não forem, são ‘obrigados’ a confessar que o são. Para que não haja dúvida quanto ao nosso raciocínio, se liga aí: uso de drogas ilícitas é um assunto de saúde pública; o tráfico de drogas é caso de polícia.

**Antes te houvessem rôto na batalha
Que servires a um povo de mortalha! (..)
Andrada, arranca esse pendão dos ares!...
Colombo, fecha a porta de teus mares!**
[Castro Alves]

Se há uma política estatal da qual o povo negro não precisa de ações afirmativas, é a política de combate as drogas e a violência urbana. Os efeitos perversos de tais políticas raciais podem ser notados na destruição das famílias negras. Os corpos antes sequestrados de Africa, agora são sequestrados na favela, no meio da madrugada, pelos novos capitães do mato. Faça o experimento e vá ao presídio mais perto da sua casa no domingo em horário de visita: ali está uma fila infundável de corpos negros em busca de informações sobre outros corpos capturados pelo estado. Mulheres negras e homens negros têm mais chances de serem presos do que qualquer outro grupo. E embora não tenhamos acesso ao perfil racial da população carcerária, os negros são os alvos preferenciais não só da polícia e dos bandidos, mas também do judiciário.^{vii} A equação é simples: a polícia encontra drogas apenas na favela porque a polícia procura por drogas apenas na favela. Homens e mulheres negras têm desproporcional contato com a justiça porque são os elementos preferenciais das suspeitas policiais^{viii}.

Um caso emblemático para ajudar a contextualizar a discussão: na última semana de março a Polícia Federal prendeu Eliana Tranchesi, proprietária da loja de produtos de luxo Daslu, por sonegação fiscal que pode chegar a 10 milhões de dólares, formação de quadrilha, fraude em importações e falsificação de documentos. Condenada a 94 anos de prisão, Eliana ficou apenas 30 horas atrás das grades. A outra face da mesma moeda é que a juventude negra (mulheres e homens) apodrece nas sucursais do

inferno, muitas das vezes sob suspeitas infundadas, flagrantes forjados, ou confissões arrancadas sob tortura.

A paz é fruto da justiça

O Brasil do século XXI é um país muito perigoso porque sem justiça não pode haver paz. Impossível compactuar com o cinismo cruel daqueles que negando a existência do racismo, lucram com suas identidades brancas. Ainda que empregue a força das armas ou a força do Direito penal, não há sistema de opressão que resista a luta do povo organizado. Do quilombo a universidade pública, a palavra de ordem é: continuar a luta de Zumbi e multiplicar a experiência de Palmares. Se a favela é vista pela classe média e pela mídia como o lugar dos sujos e malditos, transformemos a periferia no espaço de gestação do Brasil que queremos. Para isso, nossa luta contra o racismo é também uma luta contra todas as formas de opressão (contra as mulheres, nordestinos, gays, lesbianas e tantas outras categorias) estruturantes da dominação racial no Brasil.

Questões para discussão:

- 4) Quais as causas da violência urbana no Brasil? Discuta as causas estruturais e os principais desafios para o povo negro.
- 5) Qual a relação entre a guerra contra as drogas e a guerra contra a juventude negra, sugerida pelo autor?
- 6) Como o seu núcleo tem discutido estratégias contra o racismo? Qual o papel das mulheres negras em sua comunidade?

ⁱ Waiselfisz, Julio Jacobo. *O Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Unesco: Brasília, 2006.

ⁱⁱ Abdias do Nascimento. *O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ⁱⁱⁱ Adorno, Sérgio. *Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo*. *Novos Estudos* (43): 1995.

^{iv} Silva, Jorge da. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.

^v Waiselfisz, Julio Jacobo. *O Mapa da Violência: Os Jovens do Brasil*. Unesco: Brasília, 2006.

^{vi} Abdias do Nascimento. *O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

^{vii} Adorno, Sérgio. *Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo*. *Novos Estudos* (43): 1995.

^{viii} Silva, Jorge da. *Violência e racismo no Rio de Janeiro*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1998.



Juventude negra e segurança pública: como combater a violência policial e exigir que as prisões se transformem em espaço de recuperação?

Tarefa: enviar e-mails para o Ministério da Justiça, Governador e Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, exigindo que as prisões se transformem em escola de recuperação para a população carcerária.

*A carne
(Seu Jorge, Marcelo Yuca e Wilson Capellette)*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que vai de graça pro presídio
E para debaixo do plástico
Que vai de graça pro subemprego
E pros hospitais psiquiátricos*

*A carne mais barata do mercado é a carne negra
Que fez e faz história
Segurando esse país no braço, meu irmão.
O gado aqui não se sente revoltado
Porque o revólver já está engatilhado
E o vingador é lento, mas muito bem intencionado
Esse país vai deixando todo mundo preto
E o cabelo esticado*

*E mesmo assim, ainda guardo o direito
De algum antepassado da cor
Brigar por justiça e por respeito
De algum antepassado da cor
Brigar bravamente justiça e por respeito*

Não é coisa da sua cabeça?

É conhecido de todas as pessoas que moram nas periferias dos grandes centros do Brasil que os policiais brasileiros são violentos. E qual é o alvo preferencial? A seleção do suspeito é orientada pelo preconceito contra o jovem, sobretudo do sexo masculino, pelo preconceito aplicado aos pobres e pelo racismo contra os negros. Não era preciso que fosse esta a sua história, as polícias não estão fadadas a cumprir este triste papel. Esta função não deveria ser essencial. Teoricamente elas não existem, na democracia para serem algozes de negros e pobres, ou para servir às elites e proteger as camadas médias, construindo muros em torno das classes perigosas. As polícias podem ser órgãos democráticos, que defendem direitos e liberdades, reparando e prevenindo injustiças e violações, em benefício dos direitos do cidadão e da disseminação dos princípios de igualdade. Mas na prática a teoria é outra.

Do negro escravizado ao negro preso

O racismo científico (porque se baseava sobre a ciência) acompanhando o desenvolvimento tecnológico e industrial, estruturara-se na segunda metade do século 19, transformando-se na ideologia justificadora da dominação dos países eurodescendentes, capitalistas sobre os países da África, Ásia, Oceania e América Latina. Houve um cientista francês que sintetizou esta forma de pensar e ver o mundo: Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882). Em 1855 na Europa, expõe a tese da superioridade natural da raça branca, ariana sobre todas as outras. Em 1869 e 1870, viveu no Brasil, era amigo de D. Pedro II e dizia que o país estava povoado pelas raças inferiores.

Cesare Lombroso (1835-1909) foi um cientista italiano. Com o objetivo de demonstrar a relação entre as características físicas dos indivíduos, sua capacidade mental e atitudes morais criou a antropologia criminal, com base na frenologia (medição da cabeça) e na antropometria (estudo do formato do crânio). Para Lombroso o criminoso nato tinha as seguintes características: mandíbulas grandes, ossos da face salientes, pele escura, orelhas chapadas, braços compridos, rugas precoces, testa pequena e estreita. Outras marcas eram a epilepsia, o homossexualismo e a prática de tatuagem. Sua influência se dá até os dias de hoje nas academias de polícia.

Outro cientista que colaborou para esta visão sobre o povo negro foi Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), professor de medicina legal na Bahia e um dos introdutores da antropologia criminal, e das técnicas de estudo do crânio e do cérebro no país. Em 1894 publicou um ensaio sobre a relação existente entre as raças humanas e o Código Penal, no qual defendeu a idéia de que deveriam existir códigos penais diferentes para raças diferentes. Segundo ele, no Brasil o estatuto jurídico do negro devia ser o mesmo de uma criança. Entre suas obras estão: *Mestiçagem, Degenerescência e Crime*, no qual discorre sobre decadência e tendências ao crime dos negros e mestiços; *Antropologia Patológica: os Mestiços, Degenerescência Física e Mental entre os Mestiços nas Terras Quentes e os Os Africanos no Brasil*.

Vale lembrar que o escravizado negro era visto como, como “coisa”, não tinha personalidade jurídica civil, quer dizer, ao nascer não recebiam certidão de nascimento. Na área penal era considerado de forma diferente: se fosse autor de um crime, poderia ser julgado (adquiria personalidade jurídica); como vítima, seu agressor poderia ou não ser julgado a depender do dano à propriedade.

Em 1850 o Exército Brasileiro recebe a função de caçar e devolver aos engenhos os negros reunidos nos quilombos, regra que muda anos antes do fim da monarquia e do fim da escravidão em 1888. Dois anos após a abolição em 1890, o Código Penal da República tornou crimes, punidos de prisão: a capoeiragem, a mendicância, a vadiagem e a prática de curandeirismo. A maioria penal é baixada de 14 para 9 anos, a criança negra era vista como precoce criminalmente. Com estes crimes, a principal função da polícia das cidades – estruturada nos primeiros anos da República – era a de prender a população negra, principal alvo dos novos tipos penais.

No trabalho de mestrado em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco, de Geova da Silva Barros, oficial da Polícia Militar, defendida em 2006 chamada de *Racismo Institucional: a cor da pele como principal fator de suspeição*. O trabalho parte da idéia da violência interna como as condições injustas da sociedade para com a parcela mais desfavorecida de sua população e do racismo institucional (racismo praticado pelos governos e Estado) para perguntar se entre os policiais militares, a cor é o principal fator de suspeição. Através de uma pesquisa que incluiu aplicação de questionários a policiais profissionais e em formação e o estudo dos boletins de ocorrência em 7 unidades da Polícia Militar, o autor conclui que a maioria dos policiais (65% dos profissionais e 76% e 74% dos alunos das academias de polícia) percebem que os negros são priorizados nas abordagens. Nesta observação dos policiais, o suspeito é predominantemente jovem, masculino e negro. Conclui também que a abordagem policial também reflete uma relação de poder, em que os menos alfabetizados são sistematicamente selecionados, como suspeitos. Portanto a pesquisa comprova que a cor da pele é o principal fator de suspeição entre os policiais militares de Pernambuco.

Outro trabalho é a tese de doutorado em sociologia, defendida por Ronaldo Laurentino Sales, em 2006, na UFPE chamada de *Raça e Justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo da Justiça*, parte da análise do mito da democracia racial como discurso de dominação que reproduz as relações raciais por meio da imposição do silêncio racista – a técnica de dizer alguma coisa, sem, contudo aceitar a responsabilidade de tê-la dito – presente em piadas, brincadeiras e insultos raciais, desnuda a ineficácia do sistema jurídico em fazer valer a legislação anti-racista. O que se levantou na pesquisa foram os efeitos do suspeito profissional, ou seja, o policial que efetua a prisão (que em muitos casos, descamba para a eliminação pura e simples do suspeito), o aparelho de segurança pública, o sistema judiciário, promotores e juizes e o atendimento médico diferenciado ou mesmo falta deste, que acontece na menor velocidade e pior qualidade de transporte e atendimento hospitalar para as pessoas negras vítimas de violência.

Há uma relação entre raça, cor, etnia e violência?

Os registros de homicídios fornecem poucos dados sobre as vítimas. Somente a partir de 1996 a identificação de cor/raça/etnia passou a ser obrigatória nas declarações de óbito. Esta ausência da identificação da cor em homicídios não é por acaso, e responde à necessidade da negação do racismo e seus efeitos por parte do Estado.

Existe um percentual de vítimas de homicídios com “raça ignorada” ou “sem informação” que varia de Estado para Estado, mas se mantém alto em alguns Estados: como Sergipe, Espírito Santo, Ceará, Goiás, Bahia, Piauí, Rondônia, Paraíba, Alagoas, Pernambuco, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Acre nesta ordem.

Os responsáveis pela coleta de informações são as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde e Segurança Pública. Na coleta, a organização e divulgação destes dados, o que se percebe é a má qualidade, banalização, espetacularização e discriminação. Os meios de comunicação tem um grande impacto quando discrimina os que estão à margem da sociedade de consumo, entre os quais está a maioria da população negra.

A taxa de mortalidade de negros por homicídios (por 100 mil habitantes) foi 87% maior que a de brancos em 2000. Este percentual de vítimas aumenta conforme a cor: a taxa de morte dos pretos é maior que a dos pardos, e a dos pardos, por sua vez, maior que a dos brancos, o que significa que quanto mais escuro, maior o risco de ser assassinado. O Brasil faz parte de uma triste estatística, está no 3º lugar no assassinato de jovens entre 84 países.

Os jovens negros têm um índice de mortalidade 85,3% superior aos jovens brancos. Enquanto as taxas de homicídios entre os jovens aumentaram de 30 para 51,7 (por 100.000 jovens) no período de 1980 a 2004, neste mesmo período as taxas de homicídio para o restante da população diminuíram de 21,3 para 20,8 (por 100.000 habitantes). A faixa de idade em que ocorre um significativo aumento no número de homicídios é a de 14 a 16 anos de acordo com o Mapa da Violência de 2004.

O negro detento e o ex-detento

Começamos com uma suposição: pense no cumprimento de uma pena em presídio, esquecendo os problemas do sistema. Importa agora o cumprimento da pena em si e o seu produto, o fato de haver uma pessoa que saiu do Sistema Prisional. A primeira preocupação do afastado, nesse ambiente idealizado, é tocar sua vida, reerguer sua família e evitar o retorno à prisão, e o melhor, senão o único caminho de se fazer isso é trabalhando. Durante o tempo em que passou encarcerado ele deve ter passado por programas de profissionalização e, se não possuía habilidades específicas para o mercado de trabalho, agora possui, e vai a busca de uma colocação, de um emprego, da volta por cima de sua vida.

A primeira barreira que se imporá a esse egresso é burocrático: vão lhe exigir um atestado de antecedentes criminais e só com um nada consta é que considerarão a possibilidade de empregá-lo. Se apresentar um documento em que conste sua passagem por uma penitenciária, de nada lhe adiantará a declaração de uma autoridade penitenciária garantindo seu bom comportamento durante todo o cumprimento da pena; de nada lhe valerá asseverar o juiz da execução penal ser o egresso um profissional formado na instituição prisional, sob a supervisão e responsabilidade do Estado, ou de uma Organização Não Governamental, qualificado com louvor. Ele não será aceito no mercado formal de trabalho. *“Ninguém confia não e a vida desse homem para sempre foi modificada”* como diria Racionais MCs.

Voltando a dura realidade, acrescentemos que, durante o cumprimento da pena, o recém-saído, que era primário, cuidou de se adaptar ao ambiente prisional, por não restar mesmo outra saída. O relógio da cadeia anda em câmera lenta, e as conversas são um possível remédio para passar o tempo na cadeia. As conversas não são as mais educativas: há muito medo, muito rancor, muita dor, pouco trabalho, pouco respeito. Daí a se formar uma escola de criminalidade, informal, mas eficaz, é líquido e certo. O ex-presidiário tem uma mancha que não sai, uma marca que lhe acompanhará por longo tempo e que impede a possibilidade de reinserção na sociedade. A volta ao crime é sempre fatal. A mesma sociedade que pede cada vez mais penas graves nos telejornais, cada vez mais cadeia para os bandidos, é a mesma que sabe que a cadeia é dura, que o internado vai sofrer muito mais do que a simples falta da liberdade; e é a mesma que fecha as portas para o trabalho, pela via do preconceito, aos saídos do sistema penitenciário que ela mesma sustenta, com impostos e votos. A mesma sociedade que é contra a violência policial é a que perpetra a violência da segregação, como se em cada testa dos egressos houvesse um sinal denunciando-lhes a origem e, por consequência, afastando-os da convivência

Ora, mas não é o convívio normal na sociedade o canal que se espera da pena privativa de liberdade? E o Estado? Quantos programas de reinserção social existem? Após fazer o réu pagar por sua pena, o Estado não tem meios de proteção para o egresso que rejeitado pela sociedade, volta a delinqüência. Se a prisão cumprir a contento seus fins, reeducando o interno, de nada adiantam todos os esforços desenvolvidos no sentido de trazê-los, convenientemente readaptados, ao convívio social, se não os ampararmos nos seus primeiros anos de vida livre.

A volta ao crime é a utilização da condição de egresso para justificar, perante a sociedade e de acordo com as estratégias de combate à criminalidade, a eliminação de pessoas que estiveram encarceradas, ou seja, a pena de morte de fato. Vamos lembrar aqui a letra do rap *O Homem na Estrada* do grupo paulistano Racionais:

*“Assaltos na redondeza levantaram suspeitas,
logo acusaram a favela para variar,
E o boato que corre é que esse homem está, com o seu nome lá na lista dos suspeitos, pregada na parede do bar.*

*A noite chega e o clima estranho no ar
e ele sem desconfiar de nada, vai dormir tranquilamente
mas na calada caquetaram seus antecedentes
como se fosse uma doença incurável, no seu braço a tatuagem, DVC, uma passagem, 157 na lei
No seu lado não tem mais ninguém*

*A Justiça Criminal é implacável
Tiram sua liberdade, família e moral.
Mesmo longe do sistema carcerário, te chamarão para sempre de ex-presidiário
(...)
Se eles me acham baleado na calçada, chutam minha cara e cospem em mim é
eu sangraria até a morte
Já era, um abraço
Por isso a minha segurança eu mesmo faço*

*É madrugada, parece estar tudo normal
Mas esse homem desperta, pressentindo o mal, muito cachorro latindo
Ele acorda ouvindo barulho de carro e passos no quintal
A vizinhança está calada e insegura, premeditando o final que já conhecem bem
Na madrugada da favela não existem leis, talvez a lei do silêncio, a lei do cão talvez
Vão invadir o seu barraco, é a polícia!
Vieram pra arregaçar, cheios de ódio e malícia, filhos da puta, comedores de carniça!
Já deram minha sentença e eu nem tava na "treta", não são poucos e já vieram muito loucos
Matar na crocodilagem, não vão perder viagem, quinze caras lá fora, diversos calibres, e eu apenas
com uma treze tiros automática
Sou eu mesmo e eu, meu deus e o meu orixá
No primeiro barulho, eu vou atirar
Se eles me pegam, meu filho fica sem ninguém, e o que eles querem: mais um pretinho na FEBEM?
Sim, ganhar dinheiro ficar rico enfim, a gente sonha a vida inteira e só acorda no fim, minha verdade
foi outra, não dá mais tempo pra nada...*

*Um Homem pardo aparentando entre vinte e cinco e trinta anos é encontrado morto na estrada do M'Boi Mirim sem número
Tudo indica ter sido acerto de contas entre quadrilhas rivais
Segundo a polícia, a vítima tinha vasta ficha criminal."*

Aqui o preconceito de cor ressurgiu, pois sendo o sistema carcerário seletivo, por transbordamento se tem que a farsa da ressocialização também o é bem assim, a utilização da reincidência (ou suposta) como justificativa para a eliminação de pessoas negras, indígenas e brancas pobres.

O ex-detento tem pela frente a solidão que tenderá a conduzi-lo de volta ao sistema, se antes não for eliminado pelos órgãos de segurança (como na letra), fato que a sociedade não desaprová porque se trata de

um egresso que voltou a praticar crimes. Juntem-se a esse fato alguns outros: a pena privativa de liberdade está falida, a ressocialização é um engano e os índices de reincidência só não são maiores porque os de óbito têm igualmente crescido. E continua-se a pedir penas cada vez mais severas: mais anos de cadeia, menos facilidades para o livramento condicional, mais penitenciárias de segurança máxima.

Para que a democratização da polícia seja um instrumento efetivo de combate à violência, é fundamental que a população pressione os governos estaduais e federais para que assumam, de uma vez por todas, o compromisso pela eliminação do racismo em suas instituições públicas, numa completa mudança de princípios e valores. “Fazer de conta” que o racismo institucional não está presente nos órgãos de segurança pública, na educação, na saúde e nas demais estruturas governamentais é garantir para o presente e para as próximas gerações que o jovem negro continue sendo visto como inimigo público e isca de polícia, fato que quando não acaba em morte pode trazer danos físicos e riscos psicológicos irreversíveis.

Os desafios trazidos pelo ingresso de estudantes negros e pobres nas Universidades: quais políticas públicas devemos exigir?

Lucília Laura Pinheiro Lopes, prof^a de filosofia/11

*“Nos últimos anos, as iniciativas de promoção de acesso ao Ensino Superior vêm se destacando como palco de expressivos avanços no que se refere a iniciativas de combate às desigualdades raciais e à ampliação de oportunidades sociais.”
(Jaccoud, in THEODORO, 2008)*

Entendemos essa afirmação necessária para direcionar e estabelecer políticas públicas de superação as desigualdades raciais existentes no Brasil, pois o acesso ao ensino superior garante a mudança de perspectivas para a população negra e pobre desse país. Considerando aqui perspectivas educacionais, profissionais, econômicas, socioculturais, históricas e psicológicas.

A pesquisa do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira aponta para essa discussão:

A maioria dos alunos entrevistados percebe o ProUni como medida que democratiza o ensino superior, por oferecê-lo as pessoas que não têm condições financeiras para financiar. (Carvalho).

Oportunizar e promover o acesso ao ensino superior universal é o primeiro passo para a mudança efetiva de uma sociedade. O que não se pode deixar de lado é o acompanhamento e direcionamento dessas ações.

Após quase 11 anos de ações afirmativas em universidades públicas e privadas ainda não temos uma legislação como política pública para fiscalizar e direcionar as ações dessas instituições;

“A inexistência de uma legislação federal sobre o tema e a ausência de uma ação de promoção ou coordenação nacional dessas experiências, seja por parte da Seppir ou do MEC, tem permitido a proliferação de um conjunto bastante diverso de ações afirmativas.” Jaccoud, in THEODORO, 2008)

Exigir da SEPPIR, o acompanhamento sistemático de ações das instituições que implantaram cotas?

Cobrar do MEC, que desenvolva iniciativas de apoio a essas experiências, quer na forma de bolsas de manutenção ou outra forma de apoio que vise à permanência do/a cotista na universidade?

Que o MEC oriente, avalie e financie encontros ou promoção de eventos nessa perspectiva?

A extinção dos vestibulares?

Implantação de cotas em outros setores além da educação universitária, em que se reconheça a ausência de negros e pobres?

São algumas das indagações que devem servir como diretrizes para os próximos passos na construção de um país em condições de igualdade para todos.

Considerando que as argumentações contra o sistema de cotas já foram superadas por parte dos legisladores e se reconhece que,

a diversidade social e cultural da sociedade brasileira não pode ficar ausente do ambiente universitário, responsável não apenas pela difusão, mas, de forma privilegiada no país, pela geração de conhecimento. Jaccoud, in THEODORO, 2008)



Torna-se indispensável políticas que sistematizem essas ações, como articular ao sistema de cotas um conjunto mais amplo de ações que atue em diversos setores da instituição, seguindo o exemplo da UnB que ofereceu a disciplina Pensamento Negro Contemporâneo.

Outro aspecto, a ser repensado sobre a inserção de negros e pobres nas universidades, é a urgente mudança de olhar. Faz-se necessário, hoje, um olhar mais atento de todos os seguimentos, para a diversidade econômica, cultural, histórica e étnica do Brasil.

Gerar conhecimento que contemple a diversidade é um dos muitos desafios que se deve considerar no momento. Desafio este que exige firmeza e tranquilidade, pois negros e pobres convivendo em situação de igualdade, ainda que somente a partir da sua entrada, com ricos no espaço universitário, é provocação para construção de novo conhecimento com perspectivas do oprimido. Para tanto será necessário superar a cilada imposta pelo contexto sócio-econômico da universidade e não perder a identidade de diversidade, nesse espaço.

A diversidade passa a ser um problema no espaço universitário quando se quer ficar invisível, imune a provocações e insultos.

Para que a política seja exigida é necessário não se esquecer de onde saíram os negros e pobres, ainda antes, quais momentos e condições históricas os submeteram a tais circunstâncias sociais no Brasil. A vergonha pela pobreza deve dar lugar para exigência de condições e oportunidades de desenvolvimento pleno.

Os movimentos sociais e entidades da grandeza da Educafro são responsáveis em:

“...recolocar no debate a discussão sobre a educação pública no Brasil, seu papel e a qualidade de seu ensino. E, por fim, tem feito avançar nossa compreensão sobre democracia e sobre a variedade de instrumentos que devem ser mobilizados na construção de maior justiça social.” (Jaccoud, in THEODORO, 2008)

Os desafios mudam à medida que mais negros e pobres tomam posse do seu espaço nas universidades brasileiras, elaboram pesquisas sobre suas realidades e interesses. Manter-se atento e participante é o que se espera dos que utilizam das políticas de inclusão, para que de fato a mudança ocorra antes de entrarmos em uma nova década.

Bibliografia:

- CARVALHO, José Carmello, O PROUNI COMO POLÍTICA DE INCLUSÃO: ESTUDO DE CAMPO SOBRE AS DIMENSÕES INSTITUCIONAIS E INTERSUBJETIVAS DA INCLUSÃO UNIVERSITÁRIA, JUNTO A 400 BOLSISTAS NO BIÊNIO 2005-2006.

-THEODORO, Mário, As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil, IPEA 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Promulgada em 05/10/1988). São Paulo: Atlas, 1992.

BRASIL. Portaria nº 1156 do Ministério da Justiça, de 20 de dezembro de 2001, sobre ações afirmativas. Disponível em: www.mj.gov.br/sedh/Cncd/AAMJ.htm. Acessado em



SETE ATOS OFICIAIS QUE DECRETARAM A MARGINALIZAÇÃO DO POVO NO BRASIL

Frei David Santos Ofm

INTRODUÇÃO

A Lei 10.639 de março de 2003 desperta a comunidade negra para cobrar da sociedade brasileira e do mundo da educação formal, uma nova atitude frente ao debate sobre o tema do negro na Educação. O Presidente LULA sabiamente, ao fazer este tema ser assunto da primeira lei de seu primeiro mandato, a qual recebeu o número acima.

Esta lei quer debater como o negro tem sido tratado pela educação formal no Brasil: há 509 anos o Brasil foi invadido pelos colonizadores europeus. O objetivo foi o enriquecimento da Europa. Na realização deste objetivo, previa-se muito trabalho pesado e a solução encontrada por eles foi a intensificação da escravidão do povo negro no país como política econômica. O termo Escravidão não rima com Solidariedade e nem com Inclusão. As conseqüências desta política foram a perda de identidade do povo e a contaminação negativa das relações raciais, religiosas e sociais em todo Brasil e, até hoje estamos colhendo seus malefícios.

Segue a reflexão sobre os sete principais atos de estado, que foram determinantes para jogar o povo negro na marginalidade da nação:

1º ATO OFICIAL: IMPLANTAÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Através da Bula *Dum Diversas*, de 16 de junho de 1452, o papa Nicolau declara ao Rei de Portugal, Afonso V: "... nós lhe concedemos, por estes presentes documentos, com nossa Autoridade Apostólica, plena e livre permissão de invadir, buscar, capturar e subjugar os sarracenos e pagãos e quaisquer outros incrédulos e inimigos de Cristo, onde quer que estejam, como também seus reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades... E REDUZIR SUAS PESSOAS À PERPÉTUA ESCRAVIDÃO, E APROPRIAR E CONVERTER EM SEU USO E PROVEITO E DE SEUS SUCESSORES, os reis de Portugal, em perpétuo, os supramencionados reinos, ducados, condados, principados e outras propriedades, possessões e bens semelhantes..."(1) Em 8 de janeiro de 1554 estes poderes foram estendidos aos reis da Espanha.



Apoiados nesse documento, os reis de Portugal e Espanha promoveram uma DEVASTAÇÃO do continente africano, matando e escravizando milhões de habitantes. A África era o único continente do mundo que dominava a tecnologia do ferro e com esta invasão e massacre promovido pelos povos europeus e em seguida, a sua exploração colonizadora, o continente africano ficou com as mãos e os pés atados e dessa forma permanece até hoje.

O poder colonial usou a Igreja para impor seus interesses escravocratas. Cada ser humano, até hoje, tem uma postura política e o poder faz uso desta postura conforme seus interesses. Outras posições da Igreja contra a escravidão e a favor da população negra, não foram seguidas pelo poder colonial. Exemplo: **O Papa Urbano VIII, no ano de 1639, no breve “Comissum Vobis” afirmava que deveria ser automaticamente expulso da Igreja o católico que escravizasse alguém. Esta ordem Papal não interessava ao PODER COLONIAL e fecharam seus ouvidos para esta determinação.**

O papa Leão XIII, em sua Encíclica “*In Plurimis*” dirigida aos bispos brasileiros em 05 de maio de 1888, transmite-nos a frieza, crueldade e o tamanho do massacre promovido pelos exploradores: “Do testemunho destes últimos resulta, mesmo que o número dos Africanos assim vendidos cada ano, à maneira dos rebanhos de animais, não se eleva a menos de 400.000 (quatrocentos mil) dos quais cerca da metade, após serem cobertos de pancadas ao longo de um áspero caminho, sucumbem miseravelmente, de tal sorte que os viajores que percorrem aquelas regiões podem, quão triste é dizê-lo, reconhecer o caminho que os destroços de ossadas marcaram.”(2)

Este relato de massacre (“cerca de metade, após serem cobertos de pancadas ao longo de um áspero caminho, sucumbem miseravelmente”) que nos é transmitido neste documento papal deve falar fundo em nossa consciência histórica de defensores da justiça do Reino de Deus. Todo cristão que tem senso de justiça deve reler estes 500 anos de colonização a partir das vítimas desta catástrofe colonizadora!

2º ATO OFICIAL: LEI COMPLEMENTAR À CONSTITUIÇÃO DE 1824

“... pela legislação do império os negros não podiam freqüentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas.”(3)

Os poderosos do Brasil sabiam que o acesso ao saber sempre foi uma alavanca de ascensão social, econômica e política de um povo. Com este decreto, os racistas do Brasil



encurralaram a população negra nos porões da sociedade. Juridicamente este decreto agiu até 1889, com a proclamação da República. Na prática, a intenção do decreto funciona até hoje. Por exemplo: por que as escolas das periferias não têm, por parte do governo, o mesmo tratamento qualitativo que as escolas das cidades? Como é que uma pessoa afrodescendente que mora em favela terá motivação para estudar numa escola de péssima qualidade?

3º ATO OFICIAL: LEI DE TERRAS DE 1850, N.º 601

Quase todo o litoral brasileiro estava povoado por QUILOMBOS. Os quilombos eram formados por negros que, através de diferentes formas, conquistavam a liberdade. Aceitavam brancos pobres e índios que quisessem somar aquele projeto. Lá eles viviam uma forma alternativa de organização social, tendo tudo em comum. As sobras de produção eram vendidas aos brancos das vilas. O sistema, percebendo o crescimento do poder econômico do negro e que os brancos do interior estavam perdendo a valiosa mão-de-obra para sua produção, decretam a LEI DA TERRA: “... a partir desta nova lei as terras só poderiam ser obtidas através de compra. Assim, com a dificuldade de obtenção de terras que seriam vendidas por preço muito alto, o trabalhador livre teria que permanecer nas fazendas, substituindo os escravos”. (4)

A partir daí o exército brasileiro passa ter como tarefa, **destruir os quilombos, as plantações e levar os negros de volta as fazendas dos brancos**. O exército se ocupou nesta tarefa até 25 de outubro de 1887 quando um setor solidário ao povo negro cria uma crise interna no exército e comunica ao Império que não mais admitirá que o este seja usado para perseguir os negros que derramaram seu sangue defendendo o Brasil na guerra do Paraguai.(5)

A lei de terras não foi usada contra os **imigrantes europeus**. Segundo a coleção “Biblioteca do Exército”, considerável parcela de imigrantes recebeu de graça grandes pedaços de terras, sementes e dinheiro.(6) Isto veio provar que a lei de terras tinha um objetivo definido: tirar do negro a possibilidade de crescimento econômico através do trabalho em terras próprias e embranquecer o país com a maciça entrada de europeus.(7)

4º ATO OFICIAL: GUERRA DO PARAGUAI (1864-1870)

Foi um dos instrumentos usados pelo poder para reduzir a população negra do Brasil. Foi difundido que todos os negros que fossem lutar na guerra, ao retornar ao Brasil



receberiam a liberdade e os já livres receberiam terra. Além do mais, quando chegava a convocação para o filho do fazendeiro, ele o escondia e no lugar do filho enviava de cinco a dez negros.

Antes da guerra do Paraguai, a população negra do Brasil era de 2.500.000 pessoas (45% do total da população brasileira). Depois da guerra, a população negra do Brasil se reduz para 1.500.000 pessoas (15% do total da população brasileira).

Durante a guerra o exército brasileiro colocou o nosso povo negro na frente de combate e foi grande o número de mortos. Os poucos negros que sobraram vivos eram os que sabiam manejar as armas do exército e Caxias escreve para o Imperador demonstrando temor sobre este fato: “...à sombra dessa guerra, nada pode livrar-nos de que aquela imensa escravatura do Brasil dê o grito de sua divina e humanamente legítima liberdade, e tenha lugar uma guerra interna como no Haiti, de negros contra brancos, que **sempre tem ameaçado o Brasil** e desaparece dele a eficacíssima e diminuta parte branca que há! (8)

5º ATO OFICIAL: LEI DO VENTRE LIVRE (1871)

Esta lei até hoje é ensinada nas escolas como uma lei boa: “Toda criança que nascesse a partir daquela data nasceria livre”. Na prática, esta lei separava as crianças de seus pais, desestruturando a família negra. O governo abriu uma casa para acolher estas crianças. De cada 100 crianças que lá entravam, 80 morriam antes de completar um ano de idade. O objetivo desta lei foi tirar a obrigação dos senhores de fazendas de criarem nossas crianças negras, pois já com 12 anos de idade as crianças saíam para os QUILOMBOS à procura da liberdade negada nas senzalas. Com esta lei surgiram os primeiros menores abandonados do Brasil. Em quase todas igrejas do Brasil os padres tocaram os sinos aplaudindo a assinatura desta lei.

6º ATO OFICIAL: LEI DO SEXAGENÁRIO (1885)

Também é ensinada nas escolas como sendo um prêmio do “coração bom” do senhor para o escravo que muito trabalhou. “Todo escravo que atingisse os 60 anos de idade ficaria automaticamente livre”. Na verdade esta lei foi a forma mais eficiente encontrada pelos opressores para jogar na rua os velhos doentes e impossibilitados de continuar gerando



riquezas para os senhores de fazendas, surgindo assim os primeiros mendigos nas ruas do Brasil.

7º ATO OFICIAL: DECRETO 528 DAS IMIGRAÇÕES EUROPÉIAS (1890) **(11)**

Com a subida ao poder do partido Republicano, a industrialização do país passou a ser ponto chave. A indústria precisava, fundamentalmente de duas coisas: matéria *prima e mão de obra*. Matéria prima no Brasil não era problema. Quanto à mão de obra, o povo negro estava aí, disponível! A mão de obra passou a ser problema quando o governo descobriu que se o negro ocupasse as vagas nas indústrias, iria surgir uma classe média negra poderosa e colocaria em risco o processo de embranquecimento do país. A solução encontrada foi decretar, no dia 28 de junho de 1890 a reabertura do país às imigrações européias e definir que negros e asiáticos só poderiam entrar no país com autorização do congresso. (12) Esta nova remessa de europeus vai ocupar os trabalhos nas nascentes indústrias paulistas e assim os europeus pobres são usados mais uma vez para marginalizar o povo negro.

QUESTÕES:

- 1) A lei áurea não é elencada entre os 7 atos porque esta lei foi uma farsa! Na prática, quando a lei foi assinada, só 5% do povo negro vivia ainda, sob regime de escravidão. (13) Os demais tinham conseguido a libertação através dos próprios esforços ou das irmandades! Na sua opinião, quais foram os meios que os negros usaram para se libertarem?
- 2) Surgiu um movimento exigindo que o governo indenizasse os senhores proprietários que haviam perdido seus escravos. Rui Barbosa reagiu dizendo: **“Se alguém deve ser indenizado, indenizem os escravos!”**(14) Portanto ele tinha plena consciência das injustiças da sociedade contra o povo negro. O que ele fez na prática para combater estas injustiças?
- 3) A ideologia do embranquecimento nunca deixou de ter fortes adeptos no Brasil durante todas as fases da história do Brasil. Getúlio Vargas foi um partidário desta ideologia. Reflitam o conteúdo do **decreto n.º 7.967, artigo 2º, de 18 de setembro de 1945: “atender-se-á, admissão dos imigrantes, a necessidade de preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional.”**(15) Na sua opinião, como o governo trata os africanos que hoje tentam migrar para o Brasil? E como trata os europeus?



- 4) Estes sete atos oficiais são apenas uma pequena amostragem dos 509 anos de opressão e massacre ao qual o povo afrodescendente foi submetido em terras brasileiras. Poderíamos nos perguntar: o que eu, juntamente com minha entidade, podemos fazer para ajudar na recuperação da consciência histórica e os direitos do povo afrodescendente?

FONTES

1. Batista, Pe. Mauro - Evangelização ou Escravidão? in Vida Pastoral n.º 138/1988, pág 15-19
2. Leão XIII, Papa - Sobre Abolição da Escravatura. Documento n.º 40, Vozes, 1987, pág 22.
3. Chiavenato, J.J - O Negro no Brasil. Brasiliense, 1986 pag. 143. Obs. Em 1838 o governo de Sergipe reforça esta proibição lançando outra lei a nível estadual. Vide: vários autores. "Negros no Brasil, Dados da Realidade". Vozes, 1989, pág 52.
4. Chiavenato, pag 100, e Soares, Afonso M. L - O Negro Migrante in Revista Sem Fronteiras, junho/86, pag 11.
5. Diegues Júnior, Manoel - Etnias e Culturas no Brasil. Biblioteca do Exército, 1980
6. Chiavenato, pág 172.
7. Chiavenato, pag 192-211
8. Viotté da Costa, Emília - A Abolição. Global Editora, 1986, pág, 47
9. Chiavenato, pag 221
10. Rodrigues, J. H - Brasil e África Ed. Nova Fronteira, 1980, pág 116
11. Silva, J. Martiniano - Racismo à Brasileira; Das Raízes à Marginalização do Negro, in Revista de Cultura, Vozes, ano 82, janeiro/88, pág 39
12. Viotté da Costa, Emília - A Abolição. Global Editora, 1986, pág 34.
13. Chiavenato, pág 220.
14. Rodrigues, J. H - Brasil e África. Editora Nova Fronteira, 1980, pág 121.

EDUCAFRO Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes

educafro@franciscanos.org.br tel(11)3106 3411



A urgência de um processo de desconstrução do racismo institucional rumo a verdadeira democracia racial

Flávio José dos Passos
Mestrando em Ciências Sociais PUC SP 2010-2012
Bolsista da Fundação Ford – 2009-2012
Participa na Educafro desde 1998.
Contato: br2_ebano@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

No mundo inteiro, o racismo institucional é uma das práticas mais silenciosas de discriminação racial. E também uma das mais eficientes, partindo-se do pressuposto de que o racismo é mais que uma ideologia, é um projeto de sociedade pautado na manutenção dos privilégios de um pequeno grupo hegemônico e dominante, identificado por características fenotípicas e culturais, em detrimento, no caso específico do Brasil, de uma grande maioria da população que após séculos de escravidão e segregações raciais, ainda enfrenta no seu cotidiano manifestações ou arquitetadas institucionais que reeditam a velha premissa da subordinação do negro para que se resigne estritamente ao “seu lugar”. Num país que passou um século insistindo numa suposta democracia racial, também desenvolveu formas de discriminação que não se consubstancializam em placas de “Proibida a entrada de negros”. Até mesmo os anúncios exigindo “boa aparência” praticamente se extinguíram das páginas de classificados, ou melhor, foram ressemantizados. A diferença do racismo institucional, além de residir na forma, enquanto um projeto institucional, consciente ou não, ele também produz um resultado coletivo, à medida que os atingidos por ele são comunidades, a população negra de uma cidade, um estado, de uma determinada faixa etária, um público alvo de uma política pública, enfim, a população negra.

Contudo, os diversos mecanismos de segregação racial, requintadamente elaborados e sutis, exigem que identifiquemos as suas manifestações e os pressupostos ideológicos que sustentam e perpetuam, principalmente, nas práticas de racismos institucionais presentes em repartições públicas, hospitais, postos de saúde, escolas, universidades, instituições religiosas, políticas governamentais, políticas de empregabilidade, abordagens policiais, e outras, ajudará a superarmos uma “naturalização” da desigualdade de atendimento, para conquistarmos mudanças de atitudes que, somadas à consciência individual e institucional, serão propulsoras de mudanças estruturais e sistêmicas no que tange as relações étnico-raciais.

O racismo institucional possibilita perceber o preconceito, mesmo quando vivenciado por uma pessoa específica, na automação de um atendimento aparentemente igualitário, mas que, por irrefletido, muitas vezes eivado de estereótipos e conceitos preconcebidos, ele é a expressão de opiniões, refletidas ou não, de impulsos movidos por desejos de superioridade e de dominação. Enfrentar o racismo institucional significa enfrentar um fenômeno instituído historicamente e socialmente, um fenômeno de dominação política, econômica, social, cultural, religiosa. E, no Brasil, o Estado foi o principal agente de segregação racial, com legislações e uso da força de Estado para reprimir e restringir o acesso da população negra, desde a terra, passando pela preservação da própria cultura e religião, até o acesso a cargos e espaços de poder, como a universidade. O Estado, mais que negligente ou omissivo, muitas vezes foi mesmo o sujeito legitimado e executor do racismo. Assim, a superação do racismo institucional exigirá mais do que meras mudanças de atitudes preconceituosas de pessoas, grupos ou instituições, exige que se busque o cerne da dominação que alimenta esses preconceitos e que são também por eles alimentados. A mudança vai além, muito além da identificação, mas para chegarmos à mudança sistêmica, precisaremos percorrer esse caminho.

Este texto surge como uma proposta didático-pedagógica, dialogando a temática do racismo institucional e o cumprimento da Lei 10.639/03, para ser desenvolvido em diversos encontros em grupo, com uma divisão textual que possibilite um amadurecimento processual na temática, de forma problematizadora e instigadora de mudanças de atitudes e realidades.

Parte 1. Na busca de partimos de um ponto comum

“Os preconceitos que subjazem o imaginário social expressam, mesmo inconscientemente, o desejo de dominação de uns sobre os outros.”
(Crochík, 1997).

Após mais de 123 anos do decreto do fim da escravidão, não temos dúvida do quanto a sociedade brasileira está alicerçada no racismo. Instituinte de desigualdades abismais que dividem o Brasil em dois, “no plano estrutural, o racismo consiste no sistemático acesso desigual a bens materiais entre os diferentes seguimentos raciais” (ROSEMBERG, 2008).

Importante começarmos essa breve reflexão recordando que uma das mais profundas raízes de nossas desigualdades raciais encontra-se no período em que se o Brasil começava a sair do capitalismo escravagista para o capitalismo industrializado. Consorte (1991), em texto seminal sobre “*A questão do negro*”, reflete como o pensamento hegemônico racista brasileiro no início do século XX defendia ter sido o fim da escravidão o máximo do resgate da dívida brasileira para com os negros que, a partir daquele momento, no campo e na cidade, os negros estariam totalmente inseridos à dinâmica capitalista, podendo “se integrar à sociedade como homens livres, com iguais direitos aos demais, sendo que seu futuro neste país, a partir de então, dependeria apenas de seu esforço” (CONSORTE, 1991, p. 86).

E, nesta perspectiva, as políticas públicas de garantia mínima de cidadania, tais como a educação, o trabalho, a moradia, a saúde e a segurança tornaram-se, com a participação ativa do Estado e, com a densidade ideológica dos meios de comunicação sociais, estratégias de um grupo definitivamente tornado hegemônico com os processos de imigração européia, gerando a perpetuação das assimetrias sociais e raciais e a cristalização dos dados estatísticos do último século. E começava a se estruturar, inclusive com base em teorias racistas e eugenistas, um projeto de sociedade eurocêntrica, uma expectativa de se alcançar uma nação pautada no modelo de sujeito universal dominante: homem, branco, heterossexual, cristão, católico e proprietário.

Na verdade, em seu primeiro passo – institucionalização da República – não previu, nem a reparação pelo passado escravocrata, nem a participação ativa dos negros no novo momento “nacional”, pois, continua Consorte, “entregues à sua própria sorte, os africanos e seus descendentes vêm, desde então (a abolição), construindo a sua história, a despeito de tudo quanto lhes foi e continua sendo negado, nos espaços que lhes foi possível ocupar” (Idem).

Assim, enquanto estratégia social, econômica e política, o racismo tem assumido variadas formas de expressão, das mais sutis às mais explícitas, das individualizadas às institucionalizadas, em todas elas, alcançando uma eficiência letal no comprometimento das subjetividades atingidas, principalmente, pela violência simbólica de seus mecanismos de submissão e controle. Em nosso cotidiano, há uma lista enorme de ações e intencionalidades que se configuram e se amalgamam no universo das práticas consideradas discriminatórias ou preconceituosas e que, estas quando ligadas a critérios de fenotípia como a cor da pele, a tessitura do cabelo, os traços corporais que denotam pertencimento a um determinado grupo étnicorracial – negros, quilombolas, indígenas, ciganos – ou religioso – principalmente, no Brasil, das religiões de matrizes indígenas e africanas –, são consideradas racistas. Podemos exemplificar um extremo dessas práticas nas ações de grupos juvenis que pregam a intolerância e o extermínio de negros, homossexuais, nordestinos, mulheres e moradores de rua e que enchem as páginas policiais nos últimos anos.

A essa altura você deve estar se perguntando sobre o uso da expressão “grupo racial” no final do parágrafo anterior. A intencionalidade, dentro de uma reflexão sobre o racismo, foi mesmo de buscar uma palavra cujo significado só é compreendido dentro da experiência do racismo enquanto prática ideológica pautada na diferenciação física e /ou cultural dos grupos e pessoas para fins de submissão dos considerados inferiorizados por grupos que fazem dessa estratégia mecanismo de perpetuação de seus privilégios. O racismo institui leis, regras e mecanismos para manter o poder político e econômico concentrado nas mãos de um grupo que afirma superior, em detrimento da raça oprimida. Mas, antes, e aí está a sua força, o racismo cria mitos, padrões, critérios, estereótipos que definem valores morais e estéticos, conformando o que deve ser considerado como bom, bonito e correto e, conseqüentemente, o que não o é.

Mesmo que com todas as evidências, estudos e a criminalização de sua prática, o racismo ainda é localizado com “dificuldade” em nosso cotidiano, em nossas relações sociais e em nossas instituições. No cotidiano, tende-se a naturalizar as manifestações como sendo algo consensual, aceito e vivido por ambas as partes, “sem traumas”; nas relações interpessoais, o racismo não é percebido como determinante de escolhas afetivas – e muito menos das recusas – e acaba-se por, mais uma vez, naturalizar o que é indiscutivelmente uma construção social. E nas instituições, então, é como se elas já tivessem nascido naquele formato, naquele padrão, naquela composição étnica, naquele tratamento diferenciado cuja justificativa está mais na “natural” inferioridade de quem recebe menos por “ser menos”. Entendendo instituição por uma organização social, política ou religiosa, partilhada por um determinado grupo e consolidada por regras, rituais e vivências que a fazem reconhecida enquanto tal. Um exemplo básico: a família.

Exercício 01. Tema. Exercitando um olhar mais atento às práticas de racismo.

Em grupo, fazer um exercício de elencar quais seriam essas instituições; privadas ou públicas; grandes ou pequenas; simples ou complexas; religiosas ou civis; urbanas ou rurais; nacionais ou globalizadas, etc. E, a partir dessa lista, identificar quais são as práticas ou pressupostos racistas presentes no seu cotidiano ou estrutura. Sugestão: trabalhar com painéis de cartolinas e pincel.

Exercício 02. Tema: Qual a imagem que construímos de nós mesmos?

Dividir a turma em pequenos grupos. Cada grupo vai conversar e apontar na cartolina palavras que expressem de 07 a 12 características – imagens, **principalmente ESTEREOTIPADAS** – que a sociedade criou para pensar: a) mulher branca; b) homem branco, c) mulher negra; d) homem negro. Após esta primeira etapa, cada grupo apresenta para a turma e fixa a cartolina no painel. A pessoa moderadora da dinâmica vai fazer a socialização e discussão do

Músicas: “*Olhos coloridos*” – Sandra de Sá. (Letra Adelmo Casé). 1982

“*Respeitem meus cabelos, brancos*” – Chico César. 2002

“*Gente não é cor*” – Vander Lee. Festival Canta Minas, 1996.

Parte 2. A (des) construção de um fenômeno ideológico a institucional.

O racismo é um fenômeno social, ideológico e histórico. Social porque vivemos em sociedade e, no caso do Brasil, numa sociedade pluriétnica e desigual, fatores preponderantes para que ele se institua, se manifeste, se reproduza e se perpetue. Mas não apenas porque temos diferenças étnicas ou raciais é que somos racistas. Se assim o fosse, o racismo seria biológico, nasceríamos racistas. O racismo é, sobretudo, uma construção social, e, por isso, ideológica e histórica. Segundo vários autores (IANNI; 1978; DIOP,

1991; MOORE, 2007), o racismo está no cerne do desenvolvimento do sistema capitalista moderno (a partir do século XVI) e também na estruturação da sociedade brasileira. O racismo é, então, um conjunto de práticas pautadas na lógica de submeter – reduzir, invisibilizar, criminalizar, subalternizar, colonizar, inferiorizar – o outro – pessoas, grupos, povos, comunidades – a estereótipos – na maioria das vezes “animalizadores” – e a **uma condição de aniquilamento**.

A dimensão psicológica é certamente a maior vitória do racismo. E pensar combate ao racismo institucional significa sim pensar que ele só existe e tão multifacetado porque fomos sim vitimados por séculos e introjetamos (nós negros e nós brancos) esse sentimento de racismo contra os negros. Pensar negritude é pensar também branquitude. Pensar negritude é ter coragem de pautar o que sustenta na cabeça de ambos (negros e não negros) a relação de opressão e a sua eficácia na manutenção das desigualdades.

Contudo, nos últimos 70 anos, muito já avançamos no diagnóstico, na compreensão e no combate às mais variadas formas de racismo. Fruto de décadas de lutas do movimento negro na denúncia das formas de racismo, muitas têm sido as políticas de ações afirmativas aprovadas e/ou propostas pelo legislativo e pelo executivo. A contradição é que, tais políticas, além de terem um caráter eminentemente tímido no que tange às prioridades e às dotações orçamentárias, muitas vezes, são tocadas apenas pela ousadia e determinação de alguns gestores e gestoras, como se não fosse a reparação pelos séculos de escravidão e de racismo um desafio de toda nação.

Além dessa ‘timidez’, tais políticas sofrem um processo sistemático de perseguição e obstáculos, com a resistência e reacionarismo das instituições que arremetam quadros, imprensa e intelectuais contrários às políticas reparatórias, acusando tais pautas de “inconstitucionalidade” ou de estarem “instaurando o racismo no Brasil”, tentando, assim, adiar tais conquistas e preservando seus privilégios e *status quo*. No entanto, a efetivação plena das políticas de ação afirmativa é hoje a condição para a superação das desigualdades raciais e estruturais que, historicamente acumuladas, estão fundamentadas no racismo institucional e invisibilizadas no mito da democracia racial.

Exercício 03. Tema: As conquistas na superação do racismo

Em grupo, fazer uma lista: a) das **principais ações afirmativas** em curso no país nas últimas décadas, se possível, datando e localizando sua presença (ou ausências). Interessante também se trabalhar com cartolinas e pincel. Neste mesmo exercício, construir outra lista: b) os principais movimentos sociais, intelectuais e lideranças negras **deste cenário**.

Exercício 04. Tema: A celebração cotidiana da branquitude

Analisar uma novela da Rede Globo, preferencialmente, e observar uma categoria cunhada por Edson Cardoso (UNB): “assistimos diariamente a uma celebração cotidiana da branquitude”.

Parte III. O racismo a partir do olhar teórico

Assim, antes de entendermos o conceito de racismo institucional, vamos buscar uma compreensão inicial sobre o racismo, a partir de alguns teóricos e documentos de organismos nacionais e internacionais. São conceitos que se complementam e corroboram na construção de outra categoria, neles implícita, a do racismo institucional.

O racismo, segundo Ellis Cashmore (2000),

é um fenômeno ideológico complexo cujas manifestações, embora variadas e diversas, estão ligadas à necessidade e aos interesses, de um grupo social conferir-se uma imagem e representar-se. O racismo engloba as ideologias racistas, as atitudes fundadas em preconceito raciais, comportamentos discriminatórios, disposições estruturais e práticas institucionalizadas que atribuem características negativas a determinados padrões de diversidade e significados sociais negativos aos grupos que os detêm, resultando em desigualdade racial, assim como a noção enganosa de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificáveis. O elemento central desse sistema de valores é de que a “raça” determina o desenvolvimento cultural dos povos. Deles derivaram as alegações de superioridade racial. O racismo, enquanto fenômeno ideológico submete a todos e todas, sem distinção, revitaliza e mantém sua dinâmica de evolução da sociedade e das e conjunturas históricas (CASHMORE, 2000).

Segundo Munanga e Gomes (2004), o racismo se define como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação às pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como cor da pele, tipo de cabelo, formato de olho etc. Ele é resultado da crença de que raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 179).

A Declaração da Unesco sobre Raça e os Preconceitos Raciais, de 27 de novembro de 1978, relata que:

[...] o racismo manifesta-se por meio de disposições legais ou regimentais e por práticas discriminatórias, assim como por meio de crenças e atos anti-sociais; impede o desenvolvimento de suas vítimas, perverte quem o pratica, divide as nações internamente, constitui um obstáculo para a cooperação internacional e cria tensões políticas entre os povos; é contrário aos princípios fundamentais do direito internacional e, por conseguinte, perturba seriamente a paz e segurança internacionais. (UNESCO, 1978).

Carlos Moore (2006) faz um exercício de aproximação do ponto de intersecção entre os mecanismos do cotidiano e o racismo institucional, ao afirmar que:

a insensibilidade é produto do racismo. Um mesmo indivíduo, ou coletividade, cuidadoso com a sua família e com os outros fenotipicamente parecidos, pode angustiar-se diante da doença de seus cachorros, mas não desenvolver qualquer sentimento de comoção perante o terrível quadro da opressão racial. Em toda sua dimensão destrutiva, esta opressão se constitui em variados tipos de discriminação contra os ne Gros. Não há sensibilidade diante da falta de acesso, de modo majoritário, da população negra aos direitos sociais mais elementares como educação, habitação e saúde. Tratando-se da participação política, os quadros dos órgãos do Executivos, do Legislativo e do Judiciário compõem-se exclusivamente de brancos, salvo raras exceções que confirmam a regra. Muitos bancos, comércios, linhas aéreas, universidades e estabelecimentos públicos e privados de todo tipo contratam apenas pessoas de raça branca, que por vezes são responsáveis pelas piores prestações de serviços à maioria da população negra. O racista nega esse quadro e, o que é pior, justifica-o. Ele combate de maneira ferrenha qualquer proposta tendente a modificar o *status quo* sociorracial, usando dos mais variados argumentos universalistas, integracionistas e republicanos. (...) o racista é imune a tudo quanto não sejam as razões para a manutenção dos privilégios unilaterais que desfruta na sociedade. O racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização. (MOORE, 2006, p. 23).

Para Souza (2011),

a noção de Racismo Institucional foi fundamental para o amadurecimento teórico-político do enfrentamento do racismo. Ao fazer referência aos obstáculos não palpáveis que condicionam o acesso aos direitos por parte de grupos vulnerabilizados, o conceito de Racismo Institucional refere-se a políticas institucionais que, mesmo sem o suporte da teoria racista de intenção, produzem consequências desiguais para os membros das diferentes categorias raciais (Rex, 1987, apud SOUZA, 2011, p. 79).

A forma institucional do racismo, por sua vez, se expressa em práticas discriminatórias sistemáticas, individuais e/ou nos mecanismos e normas arquitetadamente previstos, com fins de perpetuação de desigualdades raciais. Desde a década de 80, em diversas partes do mundo, tem sido construído um conceito de racismo institucional enquanto

...o fracasso das instituições e organizações em promover um serviço profissional e adequado as pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do preconceito ou de estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e por demais instituições e organizações (Programa de Combate ao Racismo Institucional, 2007).

O racismo institucional é praticado por indivíduos. Ao mesmo tempo em que ele é praticado através dos indivíduos, pela anuência de uma estrutura, ele é uma prática da estrutura através das práticas individuais. Há uma convergência entre o racismo cristalizado nas práticas cotidianas de discriminação e preconceito raciais e que se materializam na ignorância, na falta de atenção, no preconceito e nos estereótipos racistas de quem está à frente no atendimento ao público e, concomitantemente, entre a estruturação de normas institucionais (PNUD/DFID, 2005 apud AMMA PSÍQUÉ E NEGRITUDE, 2009, p. 15). Em ambas as pontas do processo, o caráter desumanizador do outro a partir de uma hierarquização do humano.

Exercício 05. Tema: uma leitura das linhas e entrelinhas. Dialogando: teoria e a realidade.

Individualmente, sublinhar as principais idéias dos teóricos e dos documentos, apontando as intersecções (ligações) entre os seus pensamentos. Debater em grupo. Depois, a pessoa da moderação pode sugerir um debate mais amplo, música ou filme.

Parte IV

Assim, o racismo não mais pode ser compreendido apenas em sua manifestação privada, das relações pessoais cotidianas, mas principalmente, pela sua dialeticidade em transitar entre o plano privado e o público, instaurando-se uma relação de retroalimentação entre a subalternidade e racismo. Stive Biko resumiu bem essa realidade quando disse que “a arma mais poderosa nas mãos do opressor é a mente do oprimido”.

Segundo Souza (2011), “pelo racismo institucional é possível perceber como uma sociedade internaliza a produção de desigualdades nas suas instituições” (idem). Nossa história é marcada pelas formas como o Estado e todas as estruturas estratégicas na formação da sociedade brasileira atuaram de forma diferenciada – e nociva – em relação às populações e comunidades negras em função de suas características físicas e culturais. Se historicamente, a consequência do racismo institucional nas ações do Estado, por exemplo – com as políticas públicas, no caso do Poder Executivo – é a sua absorção de forma diferenciada por esses grupos, por outro lado, a maior consequência tem sido a definição do lugar (ou não lugar) do negro na sociedade brasileira.

O Programa de Combate ao Racismo Institucional (PCRI) definiu duas dimensões interdependentes e correlacionadas de análise: a das relações interpessoais e a político-programática. “A primeira diz respeito às relações que se estabelecem entre dirigentes e trabalhadores (as), entre os (as) próprios (as) trabalhadores (as) e entre estes (as) e os (as) usuários (as) dos serviços”.

A segunda dimensão – político programática – pode ser caracterizada pela: a) compreensão de que as políticas universalizantes não compreendem e não atendem as especificidades culturais, sociais, étnicas e raciais de pessoas e grupos atendidos por organismos e políticas, ao contrário, suas diferenças são usadas para reforçar a desigualdade; b) pelo reconhecimento do racismo como determinante das desigualdades que engessam as potencialidades individuais; c) pela inclusão da cor como dado de identidade individual e coletiva a ser considerado em estudos sobre relações sociais, direitos e privilégios, e também no diagnóstico de realidades sociais passam a ser importante indicador da existência de

desigualdades sócio-raciais; d) pelo investimento – ou falta dele – em ações e programas que identifiquem práticas discriminatórias e suas conseqüências; pela elaboração e implementação de mecanismos e estratégias de não discriminação, combate e prevenção do racismo e intolerâncias correlatas, a começar pelos gestores e profissionais que atuam numa relação direta com o público; e) pelo compromisso em priorizar ações e estratégias de redução das assimetrias e promoção da equidade.

O racismo institucional é institucionalizado, pois presente na ação dos agentes de organizações públicas e privadas, às vezes, pode ser naturalizado e tornado invisível. Mas é institucionalizado também porque não são as instituições que o criam, elas são vetores de reprodução de um sistema racista.

Sendo o racismo anterior às instituições, nelas ele encontra força eficiente, pois é nas normativas e dinâmicas institucionais que se definem quem participa do sistema, quem é reconhecidamente cidadão, quem tem direito e a que cada um (ou grupo) terá acesso. Segundo Souza (2011), questionar o racismo só tem sentido se for “a partir das suas instituições e do sistema que produz as instituições” (2011, p. 84). Ou seja, começamos a vislumbrar um processo de atingirmos as raízes do racismo que provocará mudanças estruturais rumo a uma “democracia pluralista”.

CONCLUSÃO

A título de provocação, mais que de conclusão, dentre os desafios que se impõem nessa nossa busca por formas duradouras e eficazes de desconstrução do racismo, o primeiro diz respeito ao racismo enraizado na mente e cotidiano das pessoas – de quem pratica e de quem o sofre. O segundo desafio – tema desse texto – é identificar e combater suas manifestações nas estruturas, na ação dos agentes que representam essas estruturas (por isso lutamos pelas cotas, porque elas balançam os mecanismos de exclusão do negro e como esses mecanismos se pautam numa pseudo naturalização da desigualdade). E, por fim, precisaremos atacar o racismo no sistema que é o que mais se alimenta disso tudo. Além de combatermos o problema na sua execução, precisamos descobrir como atingi-lo na sua raiz, ou seja, no que mantém as organizações vivas e racistas.

Exercício 6. Tema: Ir na raiz do problema.

Fazer um paralelo entre os dois fragmentos e debater a seguinte frase: o racismo precisa ser combatido a partir de sua dimensão instituinte, a partir da sua desconstrução na mente do opressor-oprimido mas também no sistema que produz estruturas racistas.

Fragmento 1:

“Quando o sistema começa a ser questionado, temos um quadro propício para mudanças institucionais que incluam as reformas (necessárias porque são capazes de oferecer respostas urgentes) e que se antecipem à produção de instituições racistas” (SOUZA, 2011, p. 84).

Fragmento 2:

“Nem a consciência da condição do negro, nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a condição do negro, na medida em que os sentidos do racismo inscritos na psique permanecem não elaborados” (NOGUEIRA, 1998, p. 8).

Exercício 7. Tema: Analisando situações de racismo institucional

Nesta terceira parte, com a conceituação de racismo e racismo institucional assumimos o racismo como prática social ratificada pelo Estado e pelas grandes organizações. Vamos agora debater em grupos **como se caracteriza o racismo (e sexismo) institucional (ais) nos exemplos apresentados** abaixo:

1. **GÊNERO E RAÇA** Uma mulher negra, pobre e moradora da periferia de uma grande cidade brasileira chega a uma delegacia de polícia para prestar queixas das violências físicas e psicológicas praticadas pelo marido. Um funcionário da delegacia (de mulher) passa no corredor, olha pra ela de cima em baixo com um misto de desdém e de malícia e diz “tipo assim, você é negra mesmo, vai procurar uma lavagem de roupa que é melhor, que aqui não vai dar em nada. Casos desse tipo assim”.
2. **ASSISTÊNCIA SOCIAL** Uma mulher negra quilombola chega numa fila de atendimento do Programa Bolsa Família com dois filhos pequenos que ela precisou levar por não ter com quem deixar, já que era tempo de todos da

comunidade estarem na roça. Ela chega cedo, mas a fila já estava grande. Ela vai tentar justificar que precisa ser atendida logo porque não tem onde ficar caso perca o último “carro” que vai pra roça na hora do almoço. A atendente diz: “olha moça, a fila é por ordem e de chegada. Tá bom?! Por favor, a senhora não viu o aviso ali na parede. Não posso passar a senhora na frente. Isso é privilégio”.

3. **SAÚDE** a) “Já fui a vários ginecologistas e a maioria nem toca em mim, já olha de longe, diz o que tenho e passa logo um remédio” (mulher negra, 29 anos). b) “Minhas filha estava com coceira em várias partes do corpo, a médica olhou de longe, não tocou na minha filha. E passou um remédio para sarna. Eu disse que minha filha não tem contato com animais. Fui a outro médico e ele descobriu que era alergia” (Mulher negra, 35 anos, com filha de 08). c) “Estava na sala de espera e meu pai já internada a uns 8 dias naquele hospital público, quando ouvi o médico dizer para a enfermeira no corredor, ‘velho e preto tem de ir morrer em casa’. d) “A recepcionista demorou para me dar atenção e quando eu entreguei o cartão do convênio, ela olhou duas vezes para mim, pediu o meu RG, coisa que não havia feito com outras pacientes brancas, ela parecia não acreditar que eu pudesse pagar o convênio”. (32 anos, enfermeira, cor preta); f) “quando ganhei minhas duas filhas já na quarta consulta o médico me dispensou do pré-natal (mulher negra, 31 anos); g) meu filho tem 09 anos e desde os 02 anos e meio eu fico passando de hospital em hospital porque os médicos não sabem tratar de anemia falciforme, já chegaram até a engessar o braço dele quando levamos ele com dores agudas”.
4. **LEGISLAÇÃO** Bancada da direita se articula para barrar mudanças na legislação que garantam direitos redistributivos em diversos setores, como programas de combate à anemia falciforme (saúde), a adoção de cotas nas universidades públicas do país (educação) e à desburocratização dos processos de regulamentação fundiária de comunidades quilombolas (terra).
5. **SEGURANÇA PÚBLICA** Um taxista pega um jovem negro numa região de casa de shows voltando pra casa. Ao anunciar seu destino, o taxista começa a perguntar qual a sua profissão, se estuda, do que vive. Ele para num posto de gasolina faltando uns 5 minutos pra chegar no destino do jovem, dizendo precisar ir ao banheiro. Dali a pouco uma viatura da polícia chega, aborda o jovem pedem documentos, riem quando ele diz que é universitário e dizem “grande coisa”. Depois da abordagem, o taxista volta e o policial diz “tudo tranqüilo, boa viagem”.
6. **EDUCAÇÃO** Uma diretora de escola recebe três verbas específicas para serem desenvolvidas ações de valorização da cultura e da história africana e afro-brasileira, de acordo com as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 da LDB. Contudo, segundo ela, além de sua escola não ter nenhum caso de racismo registrado, ela acredita que tais projetos “só fazem aumentar o racismo, além do que ficam incentivando os alunos a irem para a macumba e que escola não é lugar de falar de religião, ainda mais essas que mexem com coisas erradas”. Uma das verbas destinada à formação de professores e coordenadores pedagógicos é devolvida ao MEC após 02 anos sem serem usadas. Outra verba era um projeto escrito por uma professora que foi transferida antes do recurso chegar e seria para promover visitas dos alunos do ensino médio a museus e a quatro comunidades quilombolas e indígenas da região. E o terceiro valor era a biblioteca com mais de 500 livros com recorte étnico-racial com personagens, heróis e mitos indígenas e negros, valorizando a diversidade. Este não foi devolvido, mas também ficou encaixotado por dois anos até a visita da inspeção pedagógica da DE.
7. **ENSINO SUPERIOR.** Um jovem negro, filho de migrantes nordestinos presta o vestibular na USP, na UNICAMP, na UNESP e UFSCAR. Contudo, mais de 40% dos assuntos que caem nas provas ele nunca viu ser trabalhado nas salas de aula na rede pública. Ele tenta, tenta, tenta, mesmo com os poucos pontos percentuais acrescidos na sua nota por ser pobre e negro, seu desempenho se mantém inalterado se comparado com os demais candidatos. E no mês de publicação dos editais dos próximos vestibulares as manchetes dos grandes jornais publicam e festejam: **“USP APROVA MUDANÇAS E DEIXA VESTIBULAR MAIS DIFÍCIL”.**
8. **SEGURANÇA PÚBLICA** “91% dos jovens negros paulistas já foram abordados pela PM”. E muitas das mortes de jovens negros pela PM são justificadas como sendo “autos de resistência”
9. **PUBLICIDADE** Uma criança recebe a conta de luz em casa. Ela gosta porque tem sempre historinhas em quadrinhos engraçados. A questão é o conteúdo ambíguo das mensagens. Uma pequena mensagem conseguiu resumir tantas expressões de racismo. Na postural de quem denuncia, no rosto desfigurado do que faz o gato e na confirmação do padrão de beleza. Detalhe, o Luiz Augusto Gouveia trabalhava para uma empresa do Estado da Bahia, a COELBA e foi na conta de luz de 800 mil famílias baianas em 2007.



REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de Relações Étnicas e Raciais**. São Paulo: Summus, 2000.

CONSORTE, Josildeth Gomes. **A questão do negro: velhos e novos desafios**. Revista São Paulo em Perspectiva. Vol. 5, n. 1. SEADE. São Paulo, 1991.

Disponível em: www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_12.pdf

GOMES, Nilma Lino; MUNANGA, Kabengele. **Para entender o Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

INSTITUTO AMMA PSIQUÉ E NEGRITUDE. **Glossário: Oficinas de Identificação e Abordagem do Racismo e Sexismo Institucional**. São Paulo, 2009.

JESUS, Iracema Oliveira de. **Racismo institucional: causas e efeitos na educação da rede pública**. Monografia. Graduação em Pedagogia. UNEB. Salvador, 2011.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade. Novas bases epistemológicas para enfrentar o racismo**. Belo Horizonte: Maza Edições, 2007.

MOURA, Maria de Jesus. **A produção de sentidos sobre violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero**. Dissertação (mestrado) CFCH. Psicologia, UFPE, Recife: 2009.

ROSEMBERG, Fúlvia & ANDRADE, Leandro Feitosa. **Ação Afirmativa no Ensino Superior Brasileiro: pontos para reflexão**. Cadernos Pagu (31), 2008: 419-437. Acessado em 12 de abril de 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n31/n31a18.pdf>

SOUZA. Arivaldo S. de. **Racismo Institucional: para compreender o conceito**. Revista ABPN v. 1, n. 3 – jan. de 2011, p. 77-87.

Disponível em: <http://www.abpn.org.br/Revista/index.php/edicoes/article/viewArticle/39>. Acesso em: 25 de junho de 2011.

Sugestão de Filmes e Músicas

1. **“Olhos Azuis”**. Brasil 2010. 105 min. Direção: José Jofilly. Sobre um grupo de imigrantes latinos em uma sala de espera do Departamento da Polícia de Imigração num aeroporto americano.
2. **“Olhos Azuis”. Blue eyes**. EUA, 1968, 93 min. Direção: Bertram Verhaag. Grupo pessoas brancas participam de uma oficina coordenada pela socióloga Jane Elliot sobre o sofrimento provocado pelo preconceito racial.

3. **“Zumbi somos nós”**. São Paulo, 2007, 52 min, Direção: Grupo 3 de fevereiro. Sobre a morte do Flávio de Santana, executado pela PM paulista quando saía do aeroporto após ter levado namorada para embarcar. Acesso: <http://vimeo.com/5193559>
4. **“Todo camburão tem um pouco de navio negreiro”**, O RAPPa e **“A carne”**, com Elza Soares de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Wilson Cappelletto.

E-mail: educafro@franciscanos.org.br **Sites:** www.educafro.org.br

Sede Nacional – S. Paulo: Rua Riachuelo, 342, Sala 05, Centro, CEP 01007-000, S. Paulo, SP - **Fone/fax:** (11) 3106-3411

Regional Rio de Janeiro: Rua Buenos Aires, 167 - Centro- CEP 20060-070 – Rio de Janeiro- RJ



UNIVERSIDADES PÚBLICAS E AÇÕES AFIRMATIVAS

O grande sonho da sociedade brasileira é a igualdade entre seus membros. Os judeus viveram sete anos em regime de discriminação e trabalhos forçados. Foram tratados com desumanidade. Recentemente, conseguiram convencer a sociedade mundial de que aquela escravidão foi um **atentado à Ética**. Conseguiram implantar **Ações Afirmativas** que **compensaram e compensam com indenizações**, até hoje, a todos os seus descendentes vítimas dos sete anos de trabalhos forçados. Mais de 4 bilhões de dólares são destinados anualmente para este fim. O povo afrodescendente viveu no Brasil, aproximadamente, 350 anos de discriminação e trabalhos forçados. Para nós, brasileiros, aquela escravidão foi ou não um **atentado à Ética**? Por termos convicção de que foi um atentado e, por sabermos da grande população afrodescendente que possuímos (45,3% IBGE-2000), a sociedade brasileira, sabiamente, está optando por **políticas de inclusão**, como forma de indenização.

a) AÇÕES AFIRMATIVAS: OPÇÃO PARA O BRASIL?

O Brasil já adota as Políticas de Ações Afirmativas em vários setores. Toda sociedade, até então, a tem acolhido com grande simpatia e sem polêmica. Constatamos que os Partidos Políticos discriminavam as mulheres: criamos cotas de 30% para as mulheres. Em 1992, antes das cotas, tínhamos 176 mulheres prefeitas e, após a implantação das cotas, em 1996, pulamos para mais de 300 mulheres prefeitas. Tínhamos aproximadamente 1700 mulheres vereadoras e, após as cotas, subimos para mais de 5.000 mulheres vereadoras! As Empresas, por livre iniciativa não se interessavam em empregar portadores de deficiências: implantamos uma lei e esta injustiça está sendo corrigida. O salário do trabalhador brasileiro é injusto: criamos a lei do vale transporte, vale refeição, vale cesta básica, etc. O trabalhador tem a compensação de não ser obrigado a tirar do seu salário estes gastos. Tudo isto visa compensar aqueles grupos de pessoas por perdas que a sociedade entende que sofreram. Esta é a proposta das várias leis de Ações Afirmativas aplicadas em várias partes do mundo. No Brasil, estas Ações Afirmativas foram introduzidas sem usar este nome e, quase não foram percebidas pelo povo. Por que, agora, está criando polêmica? Porque agora estamos mexendo com privilégios de alguns das classes média e alta.

Segundo pesquisa do IPEA-2001, todas as Políticas Públicas implantadas no Brasil desde 1929 até hoje, não conseguiram resolver a questão da diversidade étnica no acesso à educação. A diferença de anos de estudos dos afrodescendentes permanece a mesma, desde 1929 comparativamente aos eurodescendentes do Brasil. Nunca as classes política, intelectual e empresarial tiveram coragem suficiente para atacar a raiz deste problema gerado **pelos mais de 350 anos de escravidão**. Pela primeira vez na história do Brasil, o Poder Público resolveu ouvir o apelo dos grupos organizados e começou a atacar a raiz do problema.

As multinacionais Motorola do Brasil SA, Jonhson & Jonhson, Levi Strauss do Brasil Ltda., etc., tentaram criar um programa de diversidade étnica para a contratação de empregados, nas filiais brasileiras. Encontraram dois obstáculos: a oposição dos executivos retrógrados do Brasil e, a falta de pessoas afrodescendentes e índiosdescendentes preparadas pelas Universidades Públicas brasileiras. O mesmo perigo pode ser repetido dentro da UERJ. Muitas pessoas, inclusive bons professores, intelectuais de esquerda, têm uma visão ingênua quando o assunto é garantir oportunidades iguais para os diversos grupos étnicos.

A Ação Afirmativa chamada de cotas é a solução mais eficiente? Desafiamos a academia, os políticos, etc., a apresentarem outros instrumentos com comprovada eficácia em nossa sociedade e, seríamos imediatamente contra o sistema de cotas.

b) MERITOCRACIA X CAPACIDADE

A meritocracia é uma das formas de corrupção disfarçada que setores da sociedade brasileira usam para **desviar o dinheiro público para "os mesmos"**. Como? Se colocarmos duas pessoas para disputar uma corrida e, para uma damos acesso aos melhores treinadores, boa alimentação, equipamento técnico e deixamos a outra abandonada à própria sorte, quem vai ser a vencedora? Assim é a Universidade Pública: ela sabe que um setor foi privilegiado no acesso ao acúmulo de saber. **As Universidades partem de uma falsa igualdade** e têm a coragem de dizer que os que entram, o fazem por mérito pois prestaram o mesmo vestibular. Deveríamos ter vergonha em permitir a continuação deste falso e injusto sistema de mérito. Qual é a solução? É corrigir rapidamente este erro de interpretação. **O vestibular deve medir capacidade e não acúmulo de saber acadêmico e, o Estado, deve investir com coragem, na melhoria do ensino público fundamental e médio. Como consertar o estrago realizado com os que já saíram do Ensino Médio?** A Ação Afirmativa, adotada por mais de 30 países e, agora pelo



Governo Federal (20%) e Estado do Rio de Janeiro, através da UERJ (40%), é a única experiência de sucesso comprovado, em curso no mundo. Ela deve ser adotada apenas pelo período necessário para a correção das conseqüências dos erros do passado. A cota para afrodescendentes e alunos da rede pública é **ética, honesta e justa** e beneficiará também os índios descendentes, que estão na rede pública de ensino. Ela ataca um erro já cometido e, desperta a sociedade para não permitir que este erro se perpetue. Só isto. É o Brasil corrigindo, com ética, uma história de injustiça.

c) AÇÕES AFIRMATIVAS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

Há pessoas argumentando que esta forma de Ação Afirmativa vai colocar na Universidade alunos incapazes. Esta afirmação corre o risco de ser uma perversidade ou, desconhecimento da realidade. Vamos refletir a partir de uma experiência bem perto de nós: a Puc - Rio, desde 1993, acolheu uma parceria para conceder bolsas de estudo à pessoas pobres, acompanhadas e apresentadas pelos trabalhos da Pastoral do Negro. Naquele primeiro ano foram concedidas 4 bolsas. As condições básicas apresentadas pela PUC foram: estar ligado a um trabalho comunitário e **passar no vestibular da entidade.** Só dois públicos prestam o vestibular da PUC: os ricos que podem pagar e, os pobres que estão ligados aos trabalhos comunitários; logo, a disputa candidato/vaga é pequena e, muitos, mesmo vindo da rede pública, passam. Hoje, nove anos depois, só através da Pastoral do Negro (Entidade EDUCAFRO), a PUC Rio já concedeu bolsas de estudo para 565 pessoas!!! A média acadêmica destes alunos bolsistas, por amostragem, é superior à média dos pagantes!!! Como se explica isto? Fácil: os alunos, mesmo vindo da rede pública e, sendo 90% afrodescendentes recebendo uma oportunidade, provam que têm capacidade. É, justamente isto, o que falta para os pobres e afrodescendentes nas Universidades Públicas: terem oportunidades para provar que são capazes.

As famosas “notas de corte,” adotadas pelo vestibular da USP e outras Universidades no Brasil, é mais um instrumento para afastar os pobres, (vítimas do ensino público), das Universidades Públicas. Segundo um Doutor da USP, se todos os Doutores daquela excelente Universidade fossem submetidos ao último vestibular da Instituição, 80% ficariam reprovados. Com isto, ele quis provar que o atual método para dizer quem pode e quem não pode entrar nas Universidades Públicas está totalmente equivocado. O conteúdo dos vestibulares públicos corre o perigo de ser conteúdo descartável. Passa a ser uma excelente ferramenta para eliminar os pobres e afrodescendentes, que não tiveram acesso a conteúdos complexos e cheios de “macetes”, ministrados nos cursinhos caros, mas têm capacidade, que não é medida pelos vestibulares. Quem ganha com isto?

O Brasil, com certeza, está jogando no lixo talentos, unicamente por serem pobres e afrodescendentes. Não queremos ser coniventes com este erro e por isto aceitamos escrever este artigo para o Jornal da UERJ. A Reitora da UERJ, o novo Reitor da UFRJ, da USP e outros Reitores, fazem parte de um time novo e corajoso de pessoas nesta importante função e irão reunir forças em suas equipes para ouvir estes clamores e atacar este câncer que se chama “**sistema de acesso às Universidades Públicas**”. É um sistema injusto e viciado. Os Reitores que se orientam pela Ética, usarão a autonomia universitária para “colocar o dedo nesta ferida” e não deixarão passar seus mandatos sem mexer neste sistema, gerador de tantos males para a sociedade pluri-étnica brasileira que tanto amamos.